

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

EMS S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

EMS S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	11



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º andar - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

À
Diretoria e Acionistas da
EMS S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EMS S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Campinas, 8 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-SP-027623/F



Cristiane Cléria S. Hilário
Contadora CRC-1SP243766/O-8

EMS S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	228.721	39.443	370.031	99.487
Contas a receber de clientes	10	871.285	796.893	1.085.535	1.028.700
Contas a receber de partes relacionadas	28	313.502	235.853	26.185	90.069
Estoques	11	1.013.282	751.605	1.094.460	815.369
Tributos a recuperar	12	424.860	305.417	544.218	359.450
Dividendos a receber	28	707	707	-	-
Outros recebíveis	13	50.397	177.411	42.726	52.466
Ativos de operações descontinuadas	2	-	-	36.511	-
Total do ativo circulante		2.902.754	2.307.329	3.199.666	2.445.541
Não circulante					
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	9	1.285	2.007	1.285	2.007
Tributos a recuperar	12	123.252	365.841	336.865	556.086
Depósitos judiciais	19	56.655	41.998	64.453	48.753
Outros recebíveis	13	6.550	4.996	6.550	4.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	89.174	43.613	129.283	65.358
Investimentos em controladas	14	386.753	302.088	-	467
Imobilizado	15	967.549	870.930	970.559	874.477
Direito de uso ativo	16.a	129.016	112.189	136.957	121.236
Intangível		6.854	8.148	11.189	13.189
Total do ativo não circulante		1.767.088	1.751.810	1.657.141	1.686.569
Total do ativo		4.669.842	4.059.139	4.856.807	4.132.110

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	433.649	280.244	440.891	289.444
Fornecedores a pagar para partes relacionadas	28	1.600.437	1.297.636	1.650.021	1.313.148
Empréstimos e financiamentos	18	26.485	297.768	26.485	297.768
Debêntures	18	4.757	-	4.757	-
Passivo de arrendamento	16.b	38.347	55.346	39.980	61.003
Instrumentos financeiros derivativos	7.iv	307	-	307	-
Salários e encargos		141.154	105.723	160.059	116.670
Tributos a recolher		24.396	22.370	27.720	26.613
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.c	32.238	26.769	53.507	75.546
Impostos parcelados		17.981	17.756	18.180	17.979
Dividendos a pagar	22	475.069	528.184	475.253	533.313
Outras contas a pagar	21	145.514	91.697	182.956	111.013
Passivos de operações descontinuadas	2	-	-	2.023	-
Total do passivo circulante		2.940.334	2.723.493	3.082.139	2.842.497
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	76.687	102.748	76.687	102.748
Debêntures	18	220.000	-	220.000	-
Passivo de arrendamento	16.b	100.307	62.499	106.254	66.617
Impostos parcelados		2.032	13.475	2.223	13.785
Provisão para perdas com processos judiciais	19	176.847	157.524	210.378	182.901
Provisão para perda em controladas	14	-	80.308	-	-
Outras contas a pagar	21	12.061	14.195	12.061	14.195
Total do passivo não circulante		587.934	430.749	627.603	380.246
Total do passivo		3.528.268	3.154.242	3.709.742	3.222.743
Patrimônio líquido					
Capital social	22	221.717	221.717	221.717	221.717
Reservas de capital		164.019	164.019	164.019	164.019
Reserva legal		44.342	44.342	44.342	44.342
Reserva de incentivos fiscais		304.541	263.850	304.541	263.850
Ajuste de avaliação patrimonial		10.953	17.921	10.953	17.921
Reservas de lucros		396.002	193.048	396.002	193.048
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.141.574	904.897	1.141.574	904.897
Participação de não controladores		-	-	5.491	4.470
Total do patrimônio líquido		1.141.574	904.897	1.147.065	909.367
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.669.842	4.059.139	4.856.807	4.132.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	23	5.105.683	4.517.794	5.706.375	4.944.551
Custo dos produtos vendidos	24	(3.328.390)	(2.924.689)	(3.573.754)	(3.030.275)
Lucro bruto		1.777.293	1.593.105	2.132.621	1.914.276
Despesas com vendas	24	(395.093)	(362.211)	(463.516)	(413.888)
Despesas administrativas	24	(1.211.249)	(1.096.613)	(1.359.100)	(1.229.305)
Outras receitas operacionais, líquidas	25	70.629	241.902	70.775	179.827
Resultado de equivalência patrimonial	14	81.639	13.934	-	2.593
Lucro operacional		323.219	390.117	380.780	453.503
Receitas financeiras	26	197.627	269.203	211.494	274.663
Despesas financeiras	26	(207.779)	(249.342)	(209.999)	(253.990)
Resultado financeiro líquido		(10.152)	19.861	1.495	20.673
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		313.067	409.978	382.275	474.176
Imposto de renda e contribuição social	20.b	(1.771)	(94.957)	(70.739)	(162.384)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		311.296	315.021	311.536	311.792
Operações descontinuadas					
Resultado líquido das operações descontinuadas	2	-	-	1.091	4.741
Lucro líquido do exercício		311.296	315.021	312.627	316.533
Lucro atribuível à acionistas controladores		311.296	315.021	311.296	315.021
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	1.331	1.512
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)		15,56	15,75	15,56	15,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	311.296	315.021	312.627	316.533
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	(6.968)	(1.621)	(6.968)	(1.621)
Resultado abrangente total	304.328	313.400	305.659	314.912
Resultado abrangente atribuível:				
Acionistas controladores	304.328	313.400	304.328	313.400
Acionistas não controladores	-	-	1.331	1.512
Resultado abrangente total	304.328	313.400	305.659	314.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Acionistas controladores							Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros			Lucros acumulados			
				Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir				
Em 31 de dezembro de 2020	221.708	164.019	19.542	206.242	44.342	436.887	-	1.092.740	(2.786)	1.089.954
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	315.021	315.021	1.512	316.533
Baixa de operação no exterior na conversão	-	-	(2.140)	-	-	-	-	(2.140)	-	(2.140)
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	519	-	-	-	-	519	-	519
Destinação do lucro líquido do exercício: Transferência para reserva de incentivos fiscais	22.c	-	-	57.608	-	-	(57.608)	-	-	-
Dividendos complementares do período anterior aprovados em assembleia	22.d	-	-	-	-	(436.890)	-	(436.890)	-	(436.890)
Distribuição de dividendos propostos	22.d	-	-	-	-	-	(64.353)	(64.353)	-	(64.353)
Transações com acionistas não controladores	9	-	-	-	-	(9)	-	-	5.744	5.744
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	193.060	(193.060)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	221.717	164.019	17.921	263.850	44.342	193.048	-	904.897	4.470	909.367
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	311.296	311.296	1.331	312.627
Operações no exterior e diferenças cambiais na conversão	-	-	(6.968)	-	-	-	-	(6.968)	-	(6.968)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	202.954	(202.954)	-	-	-
Transferência para reserva de incentivos fiscais	22.c	-	-	40.691	-	-	(40.691)	-	-	-
Distribuição de dividendos propostos	22.d	-	-	-	-	-	(67.651)	(67.651)	-	(67.651)
Transações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(310)	(310)
Em 31 de dezembro de 2022	221.717	164.019	10.953	304.541	44.342	396.002	-	1.141.574	5.491	1.147.065

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		313.067	409.978	382.275	474.176
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações descontinuadas		-	-	1.091	5.483
Ajustes de					
Depreciação e amortização	15 e 16	78.753	77.353	83.607	81.111
Baixas de direito de uso e arrendamentos	16	(2.163)	(4.880)	(1.995)	(4.668)
(Ganho) perda na alienação de imobilizado e intangível	15	2.474	4.340	2.474	4.412
Provisão (reversão) para perdas de créditos estimados do contas a receber	10	695	(726)	1.507	(1.013)
(Reversão) provisão para devoluções	10 e 11	1.735	2.522	1.914	3.857
(Reversão) provisão para obsolescência dos estoques	11	56.942	21.707	61.836	21.250
Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais	19	20.770	55.168	28.367	56.664
Provisão para perdas de valor recuperável de ativos (impairment)		-	-	42	-
Resultado reconhecido por equivalência patrimonial	14	(81.639)	(13.934)	-	(2.593)
Provisão de juros	14	48.591	48.384	47.762	49.357
Baixa de investimento		-	(8.393)	-	45.355
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias não realizados de atividades financeiras		(1.862)	20.067	(839)	26.237
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(79.715)	(197.851)	(87.660)	(200.698)
Contas a receber de partes relacionadas		(77.649)	(42.552)	63.809	1.524
Estoques		(315.726)	(101.683)	(337.543)	(98.125)
Tributos a recuperar		81.283	(424.084)	(21.306)	(490.976)
Outros recebíveis		125.460	(64.783)	7.944	21.946
Depósitos judiciais		154	(7.109)	(29)	(10.732)
Fornecedores e outras obrigações		240.521	(30.525)	264.992	(23.121)
Tributos a recolher		2.026	437	1.153	2.156
Fornecedores a pagar partes relacionadas		302.801	244.508	337.046	248.174
Impostos parcelados		(11.218)	(11.370)	(11.361)	(11.552)
Caixa gerado (utilizado) nas operações		705.300	(23.426)	825.086	198.224
Juros pagos	18	(48.103)	(30.998)	(48.103)	(30.998)
Pagamentos de processos judiciais e depósitos judiciais	19	(14.093)	(7.071)	(14.101)	(11.496)
Imposto de renda e contribuição social pagos	20	-	-	(104.384)	(34.645)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		643.104	(61.495)	658.498	121.085

EMS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	13	(140.625)	(113.678)	(139.557)	(120.056)
Aumento da participação em controlada	14	(174.282)	(18.060)	-	(1.368)
Devolução de investimento	14	31.208	17.075	-	26.965
Dividendos recebidos de controladas		53.792	210.000	-	-
Outros investimentos		(1.020)	-	(6.810)	6.263
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(230.927)	95.337	(146.367)	(88.196)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aplicação (resgate) financeira vinculada a empréstimo		722	2.519	722	2.519
Captação de empréstimos e financiamentos	18	245.778	264.778	245.778	264.778
Pagamento de arrendamentos	16	(45.938)	(39.447)	(51.047)	(43.839)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	18	(285.644)	(276.795)	(285.644)	(276.795)
Pagamento de variação cambial sobre principal de empréstimos e financiamentos		(17.051)	14.339	(17.051)	14.339
Dividendos pagos	22	(120.766)	(8.880)	(125.711)	(8.880)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(222.899)	(43.486)	(232.953)	(47.878)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		189.278	(9.644)	279.178	(14.989)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	39.443	49.087	99.487	114.476
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício das operações continuadas	8	228.721	39.443	370.031	99.487
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício das operações descontinuadas	1.b	-	-	8.634	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A EMS S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1964 e que, em conjunto com suas controladas ("Consolidado"), tem por objeto social a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos, próprios e de terceiros, farmacêuticos, alopáticos, alimentícios dietéticos, insumos farmacêuticos e drogas. A sede social da Companhia está localizada na cidade de Hortolândia, estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de produtos farmacêuticos.

A Companhia faz parte do Grupo NC (o "Grupo NC"), que é um conglomerado de empresas que forma o maior grupo farmacêutico do Brasil em unidades e em faturamento e está presente no mercado há mais de 50 anos. A Companhia utiliza os recursos administrativos, operacionais, financeiros e tecnológicos do Grupo NC. Parte substancial das operações é efetuada com partes relacionadas. Essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Impactos da Covid-19 (Coronavírus) nos negócios do Grupo

Até o momento as operações da Grupo não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia do COVID-19. O segmento de atuação da Empresa é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril e áreas administrativas.

Os níveis de estoques do Grupo permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis da Grupo, o setor farmacêutico não sofre, no momento, um aumento da inadimplência e também não houve alongamento dos prazos de vencimentos, não trazendo assim impactos nestes recebíveis até o momento.

O Grupo está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações do Grupo não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a administração do Grupo não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia do COVID-19 que possam trazer reflexos para o Grupo, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios do Grupo

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e base para elaboração das demonstrações financeiras Intermediárias combinadas

1.1. Contexto operacional

Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios do Grupo--continuação

Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações.

Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional.

Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não trouxe consequências representativas para o setor farmacêutico brasileiro. A Administração vem acompanhando sistematicamente esses impactos e vem monitorando os potenciais impactos nas demonstrações financeiras e está preparada para adoção de medidas pontuais, se necessárias.

2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A Companhia possui participações societárias diretas nas seguintes empresas:

Controladas	Tipo de sociedade	País	Participação societária	
			2022	2021
CPM Concessionária Paulista de Medicamentos S/A	S.A.	Brasil	99,38%	99,38%
EMS Sigma Pharma Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,00%	99,00%
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	Ltda.	Brasil	99,79%	99,79%
Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante do Brasil Ltda	Ltda.	Brasil	54%	54%
Monteresearch SRL	Ltda.	Itália	100%	100%
Rio Bio Pharmaceuticals, LLC	LLC	Estados Unidos	100%	100%

A seguir apresentamos a estrutura societária do Grupo:

CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S/A) - Localizada em Américo Brasiliense/SP, atua na gestão e manutenção da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense (IFAB) de titularidade da Fundação para o "Remédio Popular" ("FURP"), vinculada à Secretaria do Estado de São Paulo ("SESSP"), por meio de concessão. O objetivo foi ampliar a capacidade do Governo para a produção de medicamentos genéricos. O prazo de concessão é de 15 anos e o início da produção ocorreu em 1º. de agosto de 2015.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S/A)--Continuação

O Contrato de Concessão estava suspenso desde 1º de janeiro de 2020, limitando as atividades aos serviços necessários à segurança patrimonial e de monitoramento, limpeza e manutenção. Em 12 de agosto de 2022 foi divulgado no Diário Oficial o acordo de rescisão amigável e antecipada do contrato de concessão entre a CPM e a FURP, onde o mesmo foi considerado rescindido em comum acordo na desmobilização da Concessionária que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2022 e a assunção, pela FURP, das atividades desenvolvidas pela IFAB. Os valores já faturados relativos a medicamentos fornecidos à SESSP e às atividades finais de desmobilização totalizavam R\$74.451, dos quais foram recebidos o montante de R\$50.000 em agosto de 2022 de modo a viabilizar o encerramento antecipado do contrato de concessão.

Em 31 de março de 2022, a CPM foi classificada como operação descontinuada. Em 30 de novembro de 2022 a CPM realizou a redução de capital no montante de R\$ 31.208, visando o encerramento de suas atividades, com o objetivo de retornar os investimentos realizados por seus acionistas.

Os quadros de ativos e passivos de operação descontinuada estão discriminados abaixo e incluem toda a posição patrimonial e de resultados incorridos ao longo de 2022 e 2021, quando aplicável:

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2022</u>
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	8.634	Fornecedores	327
Contas a receber de clientes	23.979	Fornecedores partes relacionadas	173
Contas a receber de partes relacionadas	75	Passivo de arrendamento	42
Estoques	41	Tributos a recolher	36
Tributos a recuperar	527	Imposto de renda e contribuição social a pagar	10
Outros recebíveis	241	Outras contas a pagar	20
Total do ativo circulante	33.497	Total do passivo circulante	608
Não circulante		Não circulante	
Tributos a recuperar	2.913	Provisão para perdas com processos judiciais	1.415
Depósitos judiciais	101	Total do passivo não circulante	1.415
Total do ativo não circulante	3.014		
Total do ativo	36.511	Total do passivo	2.023
		Capital social	33.397
		Reservas de lucros	1.091
		Total do patrimônio líquido (i)	34.488
		Total do passivo e do patrimônio líquido	36.511

(i) O saldo de patrimônio líquido foi eliminado no momento da consolidação da empresa.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

CPM (Concessionária Paulista de Medicamentos S/A)--Continuação

Os resultados e os fluxos de caixa das operações descontinuadas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - reapresentadas, estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas gerais e administrativas	(469)	2.713
Outras receitas líquidas	173	1.941
Resultado operacional	(296)	4.654
Resultado financeiro, líquido	1.397	829
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.101	5.483
Imposto de renda e contribuição social	(10)	(742)
Lucro líquido do exercício	<u>1.091</u>	<u>4.741</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.101	5.483
Ajustes de		
Depreciação e amortização	334	1.076
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	-	127
Provisão para perda do valor recuperável (impairment)	(786)	(1.493)
Provisão para processos judiciais	957	(93)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	50.772	-
Estoques	(169)	1.361
Tributos a recuperar	2.135	(3.663)
Outros recebíveis	(119)	(53)
Fornecedores e outras obrigações	(696)	194
Depósitos judiciais	(61)	39
Tributos a recolher	(4)	206
Fornecedores com partes relacionadas	173	(9.339)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>53.637</u>	<u>(6.155)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos e financiamentos		
Redução de capital social	(31.208)	-
Dividendos pagos aos acionistas/quotistas do Grupo	(18.793)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos e financiamentos	<u>(50.001)</u>	<u>-</u>
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>3.636</u>	<u>(6.155)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	4.998	11.153
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	8.634	4.998

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

EMS Sigma Pharma Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos similares em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda. A partir de novembro 2018 a EMS Sigma passou à condição de embaladora dos produtos fabricados pela Novamed/AM a partir do Regime Especial de Industrialização por Encomenda obtido no Estado de São Paulo e anuído pelo Governo do Amazonas.

Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de medicamentos genéricos em âmbito nacional. Atualmente, possui apenas uma linha de produção, os demais produtos comercializados são adquiridos da controladora para revenda.

Luxbiotech Farmacêutica Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, atua na fabricação e comercialização de dermatocósméticos de última geração em âmbito nacional.

Montereseach SRL - Localizada em Milão na Itália, é um laboratório de pesquisa farmacêutica, especializado no desenvolvimento de drug delivery systems, tecnologias que permitem desenvolver uma nova formulação para que uma droga seja liberada no organismo de forma mais rápida ou lenta, de acordo com a necessidade de médico e paciente e inclusive em concentrações mais seguras. Em 2021 a Montereseach transferiu sua participação na empresa Globe Pharma aos acionistas majoritários desta investida, encerrando assim sua participação.

Rio Bio Pharmaceuticals, LLC - Localizada nos Estados Unidos, tem por objeto social o desenvolvimento de atividades farmacêuticas, podendo incluir, entre outras, a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos e insumos farmacêuticos, próprios e de terceiros; a prestação de serviços administrativos, consultoria /assessoria técnica e documental com ou sem transferência de tecnologia; e a participação em joint ventures ou outras sociedades como quotistas, acionista ou sócia.

Xenobrasil Desenvolvimento e Pesquisas sobre Xenotransplante no Brasil Ltda. - Localizada em Hortolândia/SP, constituída em 08 de junho de 2020, tem por objeto a realização de pesquisas, desenvolvimento, inovação, aperfeiçoamento, solidificação e divulgação de técnicas e conhecimentos relacionados à sistematização do método de xenotransplante no Brasil, visando a produção de órgãos adicionais não-humanos geneticamente modificados para transplante em humanos e futura comercialização e exploração das patentes e biotecnologias desenvolvidas. A empresa não possui ainda nenhuma movimentação financeira e portanto, não há saldos a serem consolidados.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com os seguintes critérios:

- Eliminação dos saldos de contas do ativo e passivo, entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos investimentos e resultado da equivalência patrimonial nas empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- Eliminação do lucro nos estoques e venda de ativo imobilizado, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas;

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Empresa detém o controle. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle. Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial (MEP) desde a data que o controle é adquirido.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As práticas contábeis e estimativas da controlada são consistentes com as práticas contábeis e estimativa adotadas pela Empresa. Adicionalmente a controlada segue o mesmo exercício social da Empresa, encerrado em 31 de dezembro de cada ano.

A Empresa trata as transações com participações de quotistas não controladores, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de preparação, mensuração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em milhares de Reais ("R\$"), que é a moeda funcional da Sociedade, exceto se expresso de outra forma. As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo, em 8 de março de 2023.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a administração do Grupo utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e as revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos, premissas e incertezas de estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem risco significativo que possam resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas:

- Nota explicativa 16(b) - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida;
- Nota explicativa 12 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa 12 e 13 - reconhecimento e mensuração de provisões de devolução com efeito nos estoques e no contas a receber: principais premissas na determinação do prazo médio de devolução e margem de lucro.
- Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração das provisões dos estoques: principais premissas na determinação da perda dos estoques sem movimentação ou vencidos;

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- Nota explicativa 22.a - imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
- Nota explicativa 14 - Benefícios fiscais de ICMS: A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS concedido pelo governo estadual de Brasília. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras. Nesse momento, não há qualquer expectativa da Administração de que esse assunto possa trazer um efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia.

i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto se descrito de outra forma.

a) Moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão geralmente são reconhecidas no resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes a valor justo de da aquisição, se aplicáveis, são convertidos para Reais utilizando a taxa de câmbio na data de apresentação das demonstrações financeiras. Receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Reais utilizando taxas de câmbio nas datas das transações.

Variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas nos ajustes acumulados de conversão da moeda estrangeira (reserva de conversão) no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é alienada, de modo que o controle, influência significativa, ou controle compartilhado não mais existem, os valores acumulados em reserva de conversão relacionados àquela operação no exterior são reclassificados para o resultado do exercício como parte do ganho ou perda na alienação.

Quando o Grupo aliena apenas parte de sua participação em uma subsidiária que inclui uma operação no exterior, mas mantém controle, a respectiva proporção do valor acumulado é reatribuída a participações não controladoras. Quando o Grupo aliena apenas parte de seu investimento em uma coligada ou joint venture que inclui uma operação no exterior, enquanto mantém influência significativa ou controle compartilhado, a respectiva proporção do valor acumulado é reclassificada para o resultado do exercício

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros é vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhado na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. Com relação aos passivos financeiros, requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Mensuração

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde:

- Ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro;
- Menos as amortizações de principal; e
- Mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Reconhecimento

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor dos demais ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas" ou "Custos" respectivamente, no período em que ocorrem.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, passivos de arrendamento e partes relacionadas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não possui transações de Hedge Accounting em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Composição dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira vinculada a empréstimo, contas a receber de clientes e partes relacionadas. Os passivos financeiros da Companhia incluem, principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e contas a pagar e empréstimos com partes relacionadas.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 (IFRS 09) substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas é a estimativa ponderada pela probabilidade da perda de crédito. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em montantes equivalentes as perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Empresa estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 120 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

A Companhia também registra a provisão para devolução de vendas tendo como base o histórico de suas operações. A provisão para devolução é constituída de acordo com o escopo do modelo do CPC 47, sobre reconhecimento de direito à devolução. O cálculo é efetuado considerando o prazo médio de devolução de 45 dias sobre a margem anual de devoluções.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de curto prazo, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber de clientes

São registradas ao valor justo e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A provisão para perdas com estoques é constituída com base nos critérios divulgados na nota 7.m.

c) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Imobilizado--Continuação

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos em 2022 e 2021 é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u> <u>2022 e 2021</u>
Aeronave	15
Benfeitorias	11
Edificações	43
Máquinas	16
Veículos	8
Móveis, utensílios e equipamentos	14

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" nas demonstrações do resultado.

d) Intangíveis

i) *Softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Companhia possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável, se houver, é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

f) Arrendamentos

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) - Arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R2). Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R2) são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Como arrendatário--Continuação

Ao mensurar os passivos de arrendamento para arrendamentos classificados como operacionais, a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando sua taxa incremental sobre empréstimo. Segue abaixo taxas de desconto aplicadas:

	<u>Contratos 2022</u>	<u>Contratos 2021</u>
Até um ano	15,16%	9,35%
Até dois anos	14,97%	10,24%
Até cinco anos	13,93%	10,95%
Até dez anos	14,04%	11,57%
Até vinte anos	14,15%	11,98%
Acima de vinte anos	14,15%	11,98%

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Como arrendatário--Continuação

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, inferior a 12 meses, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Para contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019, a Companhia determinava se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- O cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- O comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- Fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

h) Receita de contrato com clientes

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente em 2018 usando o método retrospectivo e estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

De acordo com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia satisfizer à obrigação de *performance* ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo que pode ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

O Grupo está no ramo farmacêutico, com o fornecimento de medicamentos genéricos em geral. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos produtos vendidos é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca desses produtos.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Receita de contrato com clientes--continuação

Direito de devolução

O Grupo utiliza o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável dado o grande volume de contratos que possuem características semelhantes. O Grupo então aplica os requerimentos do CPC 47 sobre estimativas de contraprestação variável restritas para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluída no preço da transação e conseqüentemente considerada no reconhecimento de receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os bens os quais são esperados que sejam devolvidos (valores não incluídos no preço da transação). Um ativo de direito de devolução (e ajuste correspondente ao custo de vendas) também é reconhecido pelo direito de recuperação dos bens junto ao cliente.

Abatimentos por volume

O Grupo oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. O Grupo aplica ou o método do valor mais provável ou o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável em um contrato. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é identificado principalmente pelo número de metas de volume de vendas existentes no contrato.

i) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento de depósito bancário de curto prazo, juros de duplicatas a receber, descontos obtidos, variação cambial, e outras receitas financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial, descontos concedidos entre outras despesas financeiras.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A Companhia possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com a autorização do programa Pro-DF para liquidação das parcelas e a regularização da subvenção.

A Companhia considera as condições e obrigações que tem de observar e cumprir, quando da identificação dos custos a serem confrontados com o benefício econômico obtido. Os efeitos desse cálculo eram registrados no resultado do exercício, na rubrica "Deduções da receita", visto que a origem do empréstimo subsidiado se refere a uma operação de crédito sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) gerado nas importações. Os juros incorridos ao longo do prazo dos empréstimos são registrados como despesa no resultado financeiro. Atualmente apenas aguardamos a autorização para liquidação de algumas parcelas remanescentes para realização da receita diferida.

A Companhia, de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, é beneficiária da lei complementar 160. Em razão da lei, a Companhia goza de benefício, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real de tributação anual, caso existam.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, se existir.

i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

Despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) *Impactos nas bases do IRPJ e da CSLL decorrentes do benefício governamental do Estado de São Paulo*

Conforme mencionado na nota 7g, a Companhia, em razão de sua atuação no ramo farmacêutico no Estado de São Paulo, de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) na venda de determinados produtos.

Para fins de apuração do imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), conforme previsto no artigo 30 da Lei n. 12.973/2014, as subvenções concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seguidos alguns requisitos previstos no presente artigo.

Assim, os valores registrados pela Companhia em 2022 e 2021 decorrentes da subvenção governamental, não deverão impactar as bases tributáveis de IRPJ e CSLL, razão pela qual foram excluídos no cálculo do LALUR e do LACS.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

iii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Abaixo apresentamos os critérios para constituição das principais provisões:

Provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber (Nota 12)

A provisão para perdas por recuperação ao valor recuperável do contas a receber é constituída de acordo com o escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48, conforme descrito na nota explicativa no. 7(b) - Impairment de ativo financeiro. Os saldos de contas a receber de partes relacionadas não são provisionados.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Provisões--Continuação

Provisão para devoluções (Nota 12 e 13)

A provisão para devolução é constituída de acordo com o escopo do modelo do CPC 47, sobre reconhecimento de direito à devolução. O cálculo é efetuado considerando o prazo de médio de devolução de 45 dias sobre a margem anual de devoluções.

Provisão para perda dos estoques (Nota 13)

A provisão é constituída com base na política interna definida pelo Grupo, que leva em consideração as perdas na realização dos estoques. Estas perdas podem estar relacionadas a lotes de medicamentos vencidos e a vencer no prazo de 180 dias e produtos utilizados em pesquisas e desenvolvimento.

Provisão para perdas com processos judiciais (Nota 21)

O Grupo é parte envolvido em processos judiciais e administrativos. Com base na avaliação de seus assessores externos e internos, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

n) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda incorrida por este quando um devedor específico deixa de fazer o pagamento conforme os termos do instrumento de dívida.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Garantias financeiras--Continuação

Passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia é subsequentemente contabilizado pelo que for superior entre o valor amortizado e o valor presente do pagamento esperado (quando um pagamento relativo à garantia tornar-se provável).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não reconheceu os valores justos de suas garantias financeiras por julgá-las com baixo risco de crédito por conta do emissor. As operações na qual o Grupo atua como interveniente garantidora estão detalhadas na nota explicativa nº 9 - Gestão de riscos financeiros.

o) Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. O Grupo classifica o recebimento de dividendos como atividade de investimento e não como atividade operacional em consonância a estratégia interna de fluxo de caixa do Grupo.

6. Novas normas e interpretações

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Novas normas e interpretações--Continuação

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022-- Continuação

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)-- Continuação

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo já que não foi identificado nenhum contrato como oneroso.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Novas normas e interpretações--Continuação

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021-- Continuação

Referências à Estrutura conceitual--Continuação

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, a empresa aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo por não ser uma adotante pela primeira vez.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Novas normas e interpretações--Continuação

6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022-- Continuação

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da empresa, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da empresa durante o período.

IAS 41 Agriculture - Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Novas normas e interpretações--Continuação

6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Novas normas e interpretações--Continuação

6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)--Continuação

Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros do Grupo.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Novas normas e interpretações--Continuação

6.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)--Continuação

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

O Grupo está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. O Grupo está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

7. Gestão de riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado;
- Risco cambial;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

a) Visão geral

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege as empresas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo.

O Conselho de Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a risco de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado para algumas de suas operações. Todas as operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

i) *Risco cambial*

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos ("USD"). O risco cambial decorre de operações com fornecedores e clientes do exterior.

A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A política é de proteger cerca de 50% dos fluxos de caixas previstos (principalmente para aquisição de matéria prima).

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

i) *Risco cambial*--Continuação

A exposição ao risco cambial (líquida) está apresentada a seguir:

	Controladora			
	2022		2021	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	1.811	9.058	1.420	6.465
Fornecedores	(19.235)	(108.444)	(15.400)	(87.571)
Leasing financeiro	-	-	(47.413)	(264.591)
Exposição líquida	(17.424)	(99.386)	(61.393)	(345.697)

	Consolidado			
	2022		2021	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Contas a receber de clientes	4.988	25.098	1.420	6.465
Fornecedores	(19.250)	(108.523)	(15.400)	(88.234)
Leasing financeiro	-	-	(47.413)	(264.591)
Exposição líquida	(14.262)	(83.425)	(61.393)	(346.360)

ii) *Análise de sensibilidade risco cambial*

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado, analisa, conjuntamente, as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A metodologia adotada para apuração dos saldos apresentados no quadro abaixo consistiu em substituir a taxa de câmbio de fechamento utilizada para fins de registro contábil pelas taxas estressadas conforme cenários abaixo.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

ii) *Análise de sensibilidade risco cambial*--Continuação

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao dólar:

Controladora									
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/22	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	1.779	8.886	5,22	396	6,52	2.717	7,83	5.037
Alta do Euro	Clientes	32	172	5,57	6	6,96	51	8,35	95
Alta do Dólar	Fornecedores	(14.991)	(83.624)	5,22	5.405	6,52	(14.149)	7,83	(33.704)
Alta do Euro	Fornecedores	(4.244)	(24.820)	5,57	1.183	6,96	(4.726)	8,35	(10.635)
		<u>(17.424)</u>	<u>(99.386)</u>		<u>6.990</u>		<u>(16.107)</u>		<u>(39.207)</u>

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/22	Provável	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	1.779	8.886	5,22	396	3,91	(1.924)	2,61	(4.245)
Queda do Euro	Clientes	32	172	5,57	6	4,18	(38)	2,78	(83)
Queda do Dólar	Fornecedores	(14.991)	(83.624)	5,22	5.405	3,91	24.960	2,61	44.515
Queda do Euro	Fornecedores	(4.244)	(24.820)	5,57	1.183	4,18	7.093	2,78	13.002
		<u>(17.424)</u>	<u>(99.386)</u>		<u>6.990</u>		<u>30.091</u>		<u>53.189</u>

Controladora									
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	1.420	6.465	5,58	1.459	6,98	3.440	8,37	5.421
	Leasing								
Alta do Dólar	financeiro	(47.413)	(264.591)	5,58	-	6,98	(66.148)	8,37	(132.295)
Alta do Dólar	Fornecedores	(13.244)	(73.233)	5,58	(675)	6,98	(19.152)	8,37	(37.629)
Alta do Euro	Fornecedores	(2.156)	(14.338)	6,32	710	7,90	(2.697)	9,48	(6.104)
		<u>(61.393)</u>	<u>(345.697)</u>		<u>1.494</u>		<u>(84.557)</u>		<u>(170.607)</u>

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
					Valor	%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	1.420	6.465	5,58	1.459	4,19	(522)	2,79	(2.503)
	Leasing								
Queda do Dólar	financeiro	(47.413)	(264.591)	5,58	-	4,19	66.148	2,79	132.296
Queda do Dólar	Fornecedores	(13.244)	(73.233)	5,58	(675)	4,19	17.802	2,79	36.279
Queda do Euro	Fornecedores	(2.156)	(14.338)	6,32	710	4,74	4.117	3,16	7.524
		<u>(61.393)</u>	<u>(345.697)</u>		<u>1.494</u>		<u>87.545</u>		<u>173.596</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

ii) *Análise de sensibilidade risco cambial*--Continuação

Consolidado									
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/22	Provável Valor	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
						%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	4.956	24.925	5,22	934	6,52	7.399	7,83	13.863
Alta do Euro	Clientes	32	172	5,57	6	6,96	51	8,35	95
Alta do Dólar	Fornecedores	(15.006)	(83.703)	5,22	5.406	6,52	(14.168)	7,83	(33.742)
Alta do Euro	Fornecedores	(4.244)	(24.820)	5,57	1.183	6,96	(4.726)	8,35	(10.635)
		<u>(14.262)</u>	<u>(83.426)</u>		<u>7.529</u>		<u>(11.444)</u>		<u>(30.419)</u>

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/22	Provável Valor	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
						%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	4.956	24.925	5,22	934	3,91	(5.531)	2,61	(11.996)
Queda do Euro	Clientes	32	172	5,57	6	4,18	(38)	2,78	(83)
Queda do Dólar	Fornecedores	(15.006)	(83.703)	5,22	5.406	3,91	24.980	2,61	44.555
Queda do Euro	Fornecedores	(4.244)	(24.820)	5,57	1.183	4,18	7.093	2,78	13.002
		<u>(14.262)</u>	<u>(83.426)</u>		<u>7.529</u>		<u>26.504</u>		<u>45.478</u>

Consolidado									
Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
						%	Valor	%	Valor
Alta do Dólar	Clientes	1.420	6.465	5,58	1.459	6,98	3.440	8,37	5.421
Alta do Dólar	Leasing financeiro	(47.413)	(264.591)	5,58	-	6,98	(66.148)	8,37	(132.295)
Alta do Dólar	Fornecedores	(13.259)	(73.896)	5,58	(96)	6,98	(18.594)	8,37	(37.092)
Alta do Euro	Fornecedores	(2.156)	(14.338)	6,32	710	7,90	(2.697)	9,48	(6.104)
		<u>(61.408)</u>	<u>(346.360)</u>		<u>2.073</u>		<u>(83.999)</u>		<u>(170.070)</u>

Risco	Tipo	Exposição	Exposição original (R\$)	Taxa efetiva em 31/12/21	Provável Valor	Deterioração de 25%		Deterioração de 50%	
						%	Valor	%	Valor
Queda do Dólar	Clientes	1.420	6.465	5,58	1.459	4,19	(522)	2,79	(2.503)
Queda do Dólar	Leasing financeiro	(47.413)	(264.591)	5,58	-	4,19	66.148	2,79	132.296
Queda do Dólar	Fornecedores	(13.259)	(73.896)	5,58	(96)	4,19	18.402	2,79	36.900
Queda do Euro	Fornecedores	(2.156)	(14.338)	6,32	710	4,74	4.117	3,16	7.524
		<u>(61.408)</u>	<u>(346.360)</u>		<u>2.073</u>		<u>88.145</u>		<u>174.217</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) *Risco da taxa de juros*

O Grupo, para fins de análise de sensibilidade para riscos de taxa de juros, analisa a sua exposição à flutuação da CDI, taxa flutuante a qual estão atreladas as captações de aplicações financeiras e empréstimos. As taxas de juros não sofreram alterações nesses cenários.

Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros

Controladora									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
				efetiva em 31/12/22		Valor	%	Valor	%
69	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	10,92%	8	13,65%	9	16,38%	11
217.972	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	29/12/2027	13,65%	29.753	17,06%	37.191	20,48%	44.630
236	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	13,79%	33	17,23%	41	20,68%	49
980	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	14,33%	140	17,92%	176	21,50%	211
<u>219.257</u>					<u>29.934</u>		<u>37.417</u>		<u>44.901</u>

Controladora									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Deteriorização de 25%		Deteriorização de 50%	
				efetiva em 31/12/22		Valor	%	Valor	%
69	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	10,92%	8	8,19%	6	5,46%	4
217.972	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	29/12/2027	13,65%	29.753	10,24%	22.315	6,83%	14.877
236	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	13,79%	33	10,34%	24	6,89%	16
980	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	14,33%	140	10,75%	105	7,17%	70
<u>219.257</u>					<u>29.934</u>		<u>22.450</u>		<u>14.967</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) Risco da taxa de juros--Continuação

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros--Continuação

Controladora									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
				efetiva em		Valor	%	Valor	%
16.732	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	03/12/2025	4,89%	818	6,11%	1.023	7,34%	1.227
95	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	3,54%	3	4,42%	4	5,30%	5
128	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	07/06/2046	3,58%	5	4,48%	6	5,37%	7
141	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	02/05/2047	3,76%	5	4,70%	7	5,64%	8
209	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	4,46%	9	5,58%	12	6,70%	14
1.430	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	4,64%	66	5,80%	83	6,96%	100
7.421	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	18/03/2022	3,32%	246	4,14%	308	4,97%	369
3.634	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	13/01/2022	3,80%	138	4,75%	173	5,70%	207
29.790					1.290		1.616		1.937

Controladora									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Deteriorização de 25%		Deteriorização de 50%	
				efetiva em		Valor	%	Valor	%
16.732	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	03/12/2025	4,89%	818	3,67%	614	2,45%	409
95	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	3,54%	3	2,65%	3	1,77%	2
128	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	07/06/2046	3,58%	5	2,69%	3	1,79%	2
141	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	02/05/2047	3,76%	5	2,82%	4	1,88%	3
209	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	4,46%	9	3,35%	7	2,23%	5
1.430	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	4,64%	66	3,48%	50	2,32%	33
7.421	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	18/03/2022	3,32%	246	2,49%	185	1,66%	123
3.634	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	13/01/2022	3,80%	138	2,85%	104	1,90%	69
29.790					1.290		970		646

Consolidado									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
				efetiva em		Valor	%	Valor	%
149	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	06/01/2023	8,19%	12	10,24%	15	12,29%	18
69	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	10,92%	8	13,65%	9	16,38%	11
351.278	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	29/12/2027	13,65%	47.949	17,06%	59.937	20,48%	71.924
236	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	13,79%	33	17,23%	41	20,68%	49
980	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	14,33%	140	17,92%	176	21,50%	211
352.712					48.142		60.178		72.213

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) Risco da taxa de juros--Continuação

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros--Continuação

Consolidado									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Deteriorização de 25%		Deteriorização de 50%	
				efetiva em 31/12/22		Valor	%	Valor	%
149	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	06/01/2023	8,19%	12	6,14%	9	4,10%	6
69	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	10,92%	8	8,19%	6	5,46%	4
351.278	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	29/12/2027	13,65%	47.949	10,24%	35.962	6,83%	23.975
236	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	13,79%	33	10,34%	24	6,89%	16
980	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	14,33%	140	10,75%	105	7,17%	70
352.712					48.142		36.106		24.071

Consolidado									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Apreciação de 25%		Apreciação de 50%	
				efetiva em 31/12/21		Valor	%	Valor	%
95	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	3,54%	3	4,42%	4	5,30%	5
128	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	07/06/2046	3,58%	5	4,48%	6	5,37%	7
141	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	02/05/2047	3,76%	5	4,70%	7	5,64%	8
209	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	4,46%	9	5,58%	12	6,70%	14
1.430	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	4,64%	66	5,80%	83	6,96%	100
28.314	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	03/10/2022	4,31%	1.220	5,39%	1.525	6,46%	1.830
1.568	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	02/09/2022	4,42%	69	5,53%	87	6,63%	104
-	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	24/01/2022	2,65%	-	3,32%	-	3,98%	-
741	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	28/01/2022	2,87%	21	3,59%	27	4,31%	32
10.287	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	18/03/2022	3,32%	341	4,14%	426	4,97%	512
260	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	04/03/2022	3,45%	9	4,31%	11	5,17%	13
3.800	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	13/01/2022	3,80%	144	4,75%	181	5,70%	217
283	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	25/04/2022	3,98%	11	4,97%	14	5,97%	17
24.542	Alta da CDI	Aplicação (Ativo)	03/12/2025	4,89%	1.200	6,11%	1.500	7,34%	1.800
71.798					3.103		3.883		4.659

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) Risco da taxa de juros--Continuação

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros--Continuação

Consolidado									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Deteriorização de 25%		Deteriorização de 50%	
				efetiva em 31/12/21		Valor	%	Valor	%
95	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	01/10/2046	3,54%	3	2,65%	3	1,77%	2
128	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	07/06/2046	3,58%	5	2,69%	3	1,79%	2
141	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	02/05/2047	3,76%	5	2,82%	4	1,88%	3
209	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	02/10/2023	4,46%	9	3,35%	7	2,23%	5
1.430	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	21/06/2023	4,64%	66	3,48%	50	2,32%	33
28.314	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	03/10/2022	4,31%	1.220	3,23%	915	2,15%	610
1.568	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	02/09/2022	4,42%	69	3,32%	52	2,21%	35
-	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	24/01/2022	2,65%	-	1,99%	-	1,33%	-
741	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	28/01/2022	2,87%	21	2,15%	16	1,44%	11
10.287	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	18/03/2022	3,32%	341	2,49%	256	1,66%	171
260	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	04/03/2022	3,45%	9	2,59%	7	1,72%	4
3.800	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	13/01/2022	3,80%	144	2,85%	108	1,90%	72
283	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	25/04/2022	3,98%	11	2,98%	8	1,99%	6
24.542	Queda da CDI	Aplicação (Ativo)	03/12/2025	4,89%	1.200	3,67%	900	2,45%	600
<u>71.798</u>					<u>3.103</u>		<u>2.329</u>		<u>1.554</u>

Controladora									
Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa	Provável	Apreciação 25%		Apreciação 50%	
				efetiva em 31/12/22		Valor	%	Valor	%
224.757	Debênture	Debêntures (passivo)		100	358	125	448	150	537
3.259	FINEP	Empréstimo (passivo)		100	15.674	125	19.593	150	23.511
91.848	BNDES	Empréstimo (passivo)		100	31.865	125	39.831	150	47.798
11	FINAME	Empréstimo (passivo)		100	11.444	125	14.305	150	17.166
8.054	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)		100	-	125	-	150	-
138.654	Passivo de arrendamento	Arrendamentos (passivo)		100	19.620	125	24.524	150	29.429
<u>466.583</u>					<u>78.961</u>		<u>98.701</u>		<u>118.441</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) Risco da taxa de juros--Continuação

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros--Continuação

Exposição	Risco	Tipo	Taxa	Provável	Deterioração 25%		Deterioração 50%	
			efetiva em 31/12/2022		Valor	%	Valor	%
224.757	Debênture	Debêntures (passivo)	100	358	75	269	50	179
3.259	FINEP	Empréstimo (passivo)	100	15.674	75	11.756	50	7.837
91.848	BNDES	Empréstimo (passivo)	100	31.865	75	23.899	50	15.933
11	FINAME	Empréstimo (passivo)	100	11.444	75	8.583	50	5.722
8.054	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)	100	-	75	-	50	-
138.654	Passivo de arrendamento	Arrendamentos (passivo)	100	19.620	75	14.715	50	9.810
466.583				78.961		59.222		39.481

Controladora

Exposição	Risco	Tipo	Taxa	Provável	Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			efetiva em 31/12/21		Valor	%	Valor	%
264.591	Bradesco 4101	Empréstimo (passivo)	100	2.308	125	2.885	150	3.462
16.235	FINEP	Empréstimo (passivo)	100	51	125	64	150	77
111.513	BNDES	Empréstimo (passivo)	100	2.315	125	2.894	150	3.473
122	FINAME	Empréstimo (passivo)	100	-	125	-	150	-
8.055	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)	100	265	125	331	150	397
117.845	Passivo de arrendamento	Arrendamentos (passivo)	100	10.778	125	13.473	150	16.167
518.361				15.717		19.647		23.576

Exposição	Risco	Tipo	Taxa	Provável	Deterioração 25%		Deterioração 50%	
			efetiva em 31/12/21		Valor	%	Valor	%
264.591	Bradesco 4101	Empréstimo (passivo)	100	2.308	75	1.731	50	1.154
16.235	FINEP	Empréstimo (passivo)	100	51	75	38	50	26
111.513	BNDES	Empréstimo (passivo)	100	2.315	75	1.736	50	1.158
122	FINAME	Empréstimo (passivo)	100	-	75	-	50	-
8.055	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)	100	265	75	199	50	132
117.845	Passivo de arrendamento	Arrendamentos (passivo)	100	10.778	75	8.084	50	5.389
518.361				15.717		11.788		7.859

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) Risco da taxa de juros--Continuação

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros--Continuação

Consolidado								
Exposição	Risco	Tipo	Taxa	Provável	Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			efetiva em 31/12/22		Valor	%	Valor	%
224.757	Debênture	Debênture (passivo)	100	15.674	125	19.593	150	23.511
3.259	FINEP	Empréstimo (passivo)	100	828	125	1.035	150	1.242
91.848	BNDES	Empréstimo (passivo)	100	11.802	125	14.753	150	17.703
11	FINAME	Empréstimo (passivo)	100	2	125	3	150	3
8.054	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)	100	-	125	-	150	-
146.234	Passivos de arrendamentos	Arrendamento (passivo)	100	20.692	125	25.865	150	31.038
<u>474.163</u>				<u>48.998</u>		<u>61.249</u>		<u>73.497</u>

Exposição	Risco	Tipo	Taxa	Provável	Deterioração 25%		Deterioração 50%	
			efetiva em 31/12/22		Valor	%	Valor	%
224.757	Debênture	Debênture (passivo)	100	15.674	75	11.756	50	7.837
3.259	FINEP	Empréstimo (passivo)	100	828	75	621	50	414
91.848	BNDES	Empréstimo (passivo)	100	11.802	75	8.852	50	5.901
11	FINAME	Empréstimo (passivo)	100	2	75	2	50	1
8.054	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)	100	-	75	-	50	-
146.234	Passivos de arrendamentos	Arrendamentos (passivo)	100	20.692	75	15.519	50	10.346
<u>474.163</u>				<u>48.998</u>		<u>36.750</u>		<u>24.499</u>

Consolidado								
Exposição	Risco	Tipo	Taxa	Provável	Apreciação 25%		Apreciação 50%	
			efetiva em 31/12/21		Valor	%	Valor	%
264.591	Leasing Financeiro	Empréstimo (passivo)	100	2.308	125	2.885	150	3.462
16.235	FINEP	Empréstimo (passivo)	100	51	125	64	150	77
111.513	BNDES	Empréstimo (passivo)	100	2.315	125	2.894	150	3.473
122	FINAME	Empréstimo (passivo)	100	-	125	-	150	-
8.055	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)	100	265	125	331	150	397
127.620	Passivos de arrendamentos	Arrendamento (passivo)	100	11.672	125	14.590	150	17.508
<u>528.136</u>				<u>16.611</u>		<u>20.764</u>		<u>24.917</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

b) Risco de mercado--Continuação

iii) *Risco da taxa de juros*--Continuação

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros--Continuação

Exposição	Risco	Tipo	Taxa	Deterioração 25%		Deterioração 50%		
			efetiva em 31/12/21	Provável Valor	%	Valor	%	Valor
264.591	Leasing Financeiro	Empréstimo (passivo)	100	2.308	75	1.731	50	1.154
16.235	FINEP	Empréstimo (passivo)	100	51	75	38	50	26
111.513	BNDES	Empréstimo (passivo)	100	2.315	75	1.736	50	1.158
122	FINAME	Empréstimo (passivo)	100	-	75	-	50	-
8.055	Banco Regional de Brasília	Empréstimo (passivo)	100	265	75	199	50	132
127.620	Passivos de arrendamentos	Arrendamentos (passivo)	100	11.672	75	8.754	50	5.836
528.136				16.611		12.458		8.306

iv) *Derivativos*

Em 31 de dezembro de 2022, as operações de instrumentos derivativos passivos contratados pelo Grupo tratavam-se de saldos de contratos a termo (NDF), os quais totalizam R\$67.291. Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R\$307. Em 31 de dezembro de 2022 essas operações foram contratadas pela taxa do dólar (USD) com vencimento entre 03 de janeiro de 2023 a 13 de março de 2023.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado em nível de Grupo. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

c) Risco de crédito--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a exposição máxima ao risco de crédito é:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa (nota 8)	228.721	39.443	370.031	99.487
Contas a receber de clientes (nota 10)	871.285	796.893	1.085.535	1.028.700
Outros recebíveis (nota 13)	56.947	182.407	49.276	57.462
Aplicação financeira vinculada a empréstimo (nota 9)	1.285	2.007	1.285	2.007
	1.158.238	1.020.750	1.506.127	1.187.656

A política de avaliação da provisão de perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros está demonstrada na nota explicativa nº5. A Administração não espera nenhuma perda decorrente dessas contrapartes superior ao valor provisionado.

“Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com instituição financeira classificadas como estável, ou acima, conforme escala da Agência Moody's.

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações de suas controladas e coligadas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo havia emitido garantias para certos bancos em relação as linhas de crédito concedidas a empresas do Grupo, como segue:

- Em 06 de setembro de 2018 a coligada 3Z Realty Desenvolvimento Imobiliário S.A realizou uma captação de R\$130.000, através do CRI (Certificado de recebíveis imobiliários), garantida por fiança corporativa da Companhia, com rating e lastreado em debêntures não conversíveis em ações. A remuneração é de 102,5% CDI, com vencimento do principal em 26 de agosto de 2021 e amortização dos juros semestrais. Em 2021 este CRI foi totalmente liquidado, finalizando assim a garantia entre as respectivas empresas.
- A empresa possui carta fiança no valor total de R\$ 15.535, principalmente para o empréstimo da FINEP (contrato nº 0916001000) no montante de R\$ 15.174. (Nota 18).

Adicionalmente, a Companhia figura como fiadora de obrigações assumidas por outra empresa, como segue:

- Lorraine Administradora de Bens e Participações Sociedade Simples Ltda. na captação de financiamento junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP no montante de R\$145.203 e prazo de pagamento em 12 de dezembro de 2023. O montante em aberto deste financiamento é de R\$48.793 em 2022 (R\$96.834 em 2021).

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis (Nota 20) a qualquer momento, a fim de que o Grupo não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

	Controladora				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores e outras contas a pagar	(591.224)	(579.163)	(12.061)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.600.437)	(1.600.437)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(123.823)	(38.379)	(30.930)	(54.514)	-
Debêntures	(332.580)	(32.076)	(32.609)	(267.895)	-
Passivo de arrendamento	(190.202)	(42.435)	(30.260)	(70.261)	(47.246)
Dividendos a pagar	(407.418)	(407.418)	-	-	-
Posição líquida	(3.245.684)	(2.699.908)	(105.860)	(392.670)	(47.246)
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras contas a pagar	(386.135)	(371.940)	(14.195)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.297.636)	(1.297.636)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(400.516)	(297.768)	(30.013)	(23.402)	(49.333)
Passivo de arrendamento	(160.288)	(378.55)	(31.374)	(47.501)	(43.558)
Dividendos a pagar	(528.184)	(528.184)	-	-	-
Posição líquida	(2.772.759)	(2.533.383)	(75.582)	(70.903)	(92.891)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

d) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado				
	Fluxo de caixa	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022					
Fornecedores e outras contas a pagar	(635.908)	(623.848)	(12.060)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.650.021)	(1.650.021)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(123.823)	(38.379)	(30.930)	(54.514)	-
Debêntures	(332.580)	(32.076)	(32.609)	(267.895)	-
Passivo de arrendamento	(200.701)	(45.994)	(32.081)	(72.807)	(49.819)
Dividendos a pagar	(407.602)	(407.602)	-	-	-
Posição líquida	(3.350.635)	(2.797.920)	(107.680)	(395.216)	(49.819)
Em 31 de dezembro de 2021					
Fornecedores e outras contas a pagar	(414.652)	(400.457)	(14.195)	-	-
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.313.148)	(1.313.148)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(400.516)	(297.768)	(30.013)	(23.402)	(49.333)
Passivo de arrendamento	(172.105)	(41.552)	(34.113)	(50.363)	(46.077)
Dividendos a pagar	(533.313)	(533.313)	-	-	-
Posição líquida	(2.833.734)	(2.586.238)	(78.321)	(73.765)	(95.410)

e) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo.

O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas respectivas áreas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

e) Risco operacional--Continuação

i) *Gestão de capital*

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 podem ser assim sumariados (consolidado)

	Consolidado	
	2022	2021
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota)	327.929	400.516
Total dos passivos de arrendamento (nota 18b)	146.234	127.620
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	(370.031)	(99.487)
(-) Aplicação financeira vinculada a empréstimos (nota 11)	(1.285)	(2.007)
Dívida líquida	102.847	426.642
Total do patrimônio líquido	1.073.923.	904.897
Total do capital	1.176.770	1.331.539
Índice de alavancagem financeira	0,09%	1,42%

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

f) Classificação dos instrumentos

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como classificados como custo amortizado e outros passivos financeiros. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	228.721	39.443	370.031	99.487
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	1.285	2.007	1.285	2.007
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	871.285	796.893	1.085.535	1.028.700
Contas a receber de partes relacionadas	313.502	235.853	26.185	90.069
Dividendos a receber	707	707	-	-
Outros recebíveis	56.947	182.407	49.276	57.462
Total dos ativos financeiros	1.472.447	1.257.310	1.532.312	1.277.725
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	(433.649)	(280.244)	(440.891)	(289.444)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	(1.600.437)	(1.297.636)	(1.650.021)	(1.313.148)
Empréstimos e financiamentos	(103.172)	(400.516)	(103.172)	(400.516)
Debêntures	(224.757)	-	(224.757)	-
Passivo de arrendamento	(138.654)	(117.845)	(146.234)	(127.620)
Dividendos a pagar	(407.418)	(528.184)	(407.602)	(533.313)
Outras contas a pagar	(157.575)	(105.892)	(195.017)	(125.208)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros derivativos	(307)	-	(307)	-
Total dos passivos financeiros	(3.065.969)	(2.730.317)	(3.168.001)	(2.789.249)

i) Classificação contábil e mensuração dos valores justos

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas, conforme detalhado na nota 4.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--continuação

f) Classificação dos instrumentos--Continuação

i) *Classificação contábil e mensuração dos valores justos*--Continuação

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

		Controladora			
		2022		2021	
	Mensuração a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	228.721	228.721	39.443	39.443
Contas a receber de clientes	Nível 2	871.285	871.285	796.893	796.893
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	313.502	313.502	235.853	235.853
Dividendos a receber	Nível 2	707	707	707	707
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	Nível 2	1.285	1.285	2.007	2.007
Outros recebíveis	Nível 2	56.947	56.947	182.407	182.407
Total		1.472.447	1.472.447	1.257.310	1.257.310
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	(433.649)	(433.649)	(280.244)	(280.244)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	Nível 2	(1.600.437)	(1.600.437)	(1.297.636)	(1.297.636)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(103.172)	(103.172)	(400.516)	(400.516)
Debêntures	Nível 2	(224.757)	(224.757)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(307)	(307)	-	-
Passivos de arrendamentos	Nível 2	(138.654)	(138.654)	(117.845)	(117.845)
Dividendos a pagar	Nível 2	(407.418)	(407.418)	(528.184)	(528.184)
Outras contas a pagar	Nível 2	(157.575)	(157.575)	(105.892)	(105.892)
Total		(3.065.969)	(3.065.969)	(2.730.317)	(2.730.317)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Gestão de riscos financeiros--Continuação

f) Classificação dos instrumentos--Continuação

i) Classificação contábil e mensuração dos valores justos--Continuação

	Mensuração a valor justo	Consolidado			
		2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	370.031	370.031	99.487	99.487
Contas a receber de clientes	Nível 2	1.085.535	1.085.535	1.028.700	1.028.700
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	26.185	26.185	90.069	90.069
Aplicação financeira	Nível 2	1.285	1.285	2.007	2.007
Outros recebíveis	Nível 2	49.276	49.276	57.462	57.462
		1.532.312	1.532.312	1.277.725	1.277.725
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	(440.891)	(440.891)	(289.444)	(289.444)
Fornecedores a pagar partes relacionadas	Nível 2	(1.650.021)	(1.650.021)	(1.313.148)	(1.313.148)
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(103.172)	(103.172)	(400.516)	(400.516)
Debêntures	Nível 2	(224.757)	(224.757)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	(307)	(307)	-	-
Passivos de arrendamento	Nível 2	(146.234)	(146.234)	(127.620)	(127.620)
Dividendos a pagar	Nível 2	(407.602)	(407.602)	(533.313)	(533.313)
Outras contas a pagar	Nível 2	(195.017)	(195.017)	(125.208)	(125.208)
Total		(3.168.001)	(3.168.001)	(2.789.249)	(2.789.249)

O Grupo utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira vinculada a empréstimo: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações do Grupo e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- Empréstimos e financiamentos: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais.
- Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias do Grupo com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Banco	10.749	11.660	18.604	29.696
Aplicações financeiras	217.972	27.783	351.427	69.791
	228.721	39.443	370.031	99.487

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e tem como contraparte instituições financeiras nacionais, cujas taxas de rendimentos estão atreladas ao CDI. O percentual do CDI é de 80% a 105% na controladora e 60% a 105% no consolidado em 2022 (entre 75% a 105% na controladora e 60% a 105% no consolidado em 2021).

9. Aplicação financeira vinculada a empréstimo

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Aplicação financeira vinculada a empréstimo	1.285	2.007
	1.285	2.007

A aplicação financeira classificada no não circulante no valor de R\$1.285 (R\$2.007 em 2021) efetuada no Banco de Brasília, trata-se de garantia do financiamento de ICMS concedido à Companhia à título de subvenção governamental (Nota 5.k). O montante somente poderá ser utilizado para a quitação total das parcelas finais do financiamento.

10. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes	888.788	809.089	1.107.058	1.043.830
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(8.714)	(8.035)	(10.086)	(9.032)
(-) Provisão para devolução	(8.789)	(4.161)	(11.437)	(6.098)
	871.285	796.893	1.085.535	1.028.700

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as contas a receber de clientes encontram-se em aberto:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	778.896	730.218	966.017	874.829
Vencidos				
Até três meses	86.883	70.684	111.248	79.383
De três à seis meses	12.467	1.883	17.759	6.485
De seis à doze meses	5.842	2.552	6.454	4.262
Acima de um ano (a)	4.700	3.752	5.580	78.871
	888.788	809.089	1.107.058	1.043.830

As contas a receber de clientes são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reais	879.731	802.624	1.081.961	1.037.365
Euro	172	490	172	490
Dólares americanos	8.885	5.975	24.925	5.975
	888.788	809.089	1.107.058	1.043.830

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Provisão para perdas de crédito esperadas		Provisão de devolução	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	(8.035)	(8.968)	(4.161)	-
Reversão (constituição)	(695)	726	(4.628)	(4.161)
Baixas (perda efetiva)	16	207	-	-
Em 31 de dezembro	(8.714)	(8.035)	(8.789)	(4.161)

	Consolidado			
	Provisão para perdas de crédito esperadas		Provisão de devolução	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	(9.032)	(10.659)	(6.098)	-
Reversão (constituição)	(1.507)	1.013	(5.339)	(6.098)
Baixas (Perda efetiva)	453	614	-	-
Em 31 de dezembro	(10.086)	(9.032)	(11.437)	(6.098)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matéria-prima	369.638	284.537	372.011	287.407
Produtos acabados	486.330	356.046	561.099	414.289
Produtos em elaboração	68.450	64.614	68.608	64.805
Material de embalagem e outros	116.873	68.360	125.881	72.839
Adiantamento a fornecedores terceiros	18.418	21.600	18.690	22.155
Importações em andamento	25.433	9.915	24.777	9.707
Provisão para obsolescência	(76.392)	(55.106)	(82.272)	(58.074)
Provisão para devolução	4.532	1.639	5.666	2.241
	1.013.282	751.605	1.094.460	815.369

As movimentações das provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Obsolescência		Devolução	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	(55.106)	(33.399)	1.639	-
Constituição	(71.711)	(48.647)	2.893	1.639
Reversão	14.769	26.940	-	-
Baixa	35.656	-	-	-
Em 31 de dezembro	(76.392)	(55.106)	4.532	1.639

	Consolidado			
	Obsolescência		Devolução	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	(58.074)	(36.824)	2.241	-
Constituição	(77.289)	(51.447)	3.425	2.241
Reversão	15.453	30.197	-	-
Baixa	37.292	-	-	-
Reclassificação para operação descontinuada	346	-	-	-
Em 31 de dezembro	(82.272)	(58.074)	5.666	2.241

Os critérios utilizados para a constituição da provisão para obsolescência estão detalhados na nota explicativa 5.m.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSLL (i)	31.081	37.960	35.049	51.038
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	405.095	487.929	552.638	586.628
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (iii)	74.449	133.350	225.687	237.826
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	10.095	11.099	28.576	38.275
Outros	27.392	920	39.133	1.769
	548.112	671.258	881.083	915.536
Circulante	424.860	305.417	544.218	359.450
Não circulante	123.252	365.841	336.865	556.086
	548.112	671.258	881.083	915.536

(i) Refere-se à antecipação de imposto de renda e contribuição social.

(ii) Refere-se créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos gerados em decorrência do sistema monofásico de tributação amparado pela legislação em vigor.

(iii) Créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre aquisições de ativo imobilizado.

Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS

No ano de 2007, Companhia e suas controladas EMS Sigma, Legrand e Luxbiotech distribuíram Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em maio de 2019, obteve sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, as empresas citadas acima procederam com o levantamento dos respectivos valores a partir do ano de 2006. Em 202 a Companhia e suas controladas, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, mensurou os valores e registrou na controladora e consolidado respectivamente, o montante de R\$230.702, sendo R\$165.990 referente ao PIS e a COFINS, registrado em outras receitas operacionais, e R\$64.712 referente a juros e atualização monetária, registrados em receitas financeiras.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores terceiros	7.836	10.001	8.728	10.887
Adiantamento a partes relacionadas (nota 28)	12.968	134.525	522	5.445
Adiantamento a funcionários	12.822	12.840	13.996	13.874
Antecipação de seguros	3.426	2.913	3.447	3.136
Contas a receber de sublocação	-	6.587	-	6.587
Outros	19.895	15.541	22.583	17.533
	56.947	182.407	49.276	57.462
Circulante	50.397	177.411	42.726	52.466
Não circulante	6.550	4.996	6.550	4.996
	56.947	182.407	49.276	57.462

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos e provisão para perda em controladas

a) Saldos e movimentação dos Investimentos (controladora)

	EMS Sigma	Legrand	CPM	Montereseach	Rio Biopharmaceuticals	Luxbiotech	Outros	Total de Investimentos	Luxbiotech	Total Investimento e provisão para perdas, líquido
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	64.205.000	90.000		97.516.851				
Capital social	7.740	138	33.397	(9.003)	72.480	97.723				
Lucro (prejuízo) do exercício	(568)	140.172	1.090	(6.937)	(17.820)	(32.965)				
Participação no capital social - %	99,0%	99,0%	99,4%	100,0%	100,0%	99,8%				
Patrimônio líquido da controlada	7.555	296.134	34.487	4.880	212	46.028				
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2022	8.052	187.034	82.892	20.813	2.830	-	467	302.088	(80.308)	221.780
Transferencia de passivo a descoberto para investimento	-	-	-	-	-	(80.308)	-	(80.308)	80.308	-
Dividendos propostos pela controlada	-	(35.000)	(18.792)	-	-	-	-	(53.792)	-	(53.792)
Aumento de capital social	-	-	-	-	14.948	159.334	-	174.282	-	174.282
Redução de capital social (Nota 2)	-	-	(31.208)	-	-	-	-	(31.208)	-	(31.208)
Baixa de investimentos	-	-	-	-	-	-	(467)	(467)	-	(467)
Conversão de operação no exterior	-	-	-	(7.222)	254	-	-	(6.968)	-	(6.968)
Outras transações	(11)	2.369	298	(970)	-	(199)	-	1.487	-	1.487
Resultado de equivalência patrimonial	(562)	138.770	1.083	(6.936)	(17.820)	(32.896)	-	81.639	-	81.639
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2022	7.479	293.173	34.273	5.685	212	45.931	-	386.753	-	386.753

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos e provisão para perda em controladas--Continuação

a) Saldos e movimentação dos Investimentos (controladora)--Continuação

	31 de dezembro de 2021								Provisão para perdas	Total Investimento e provisão para perdas, líquido
	Investimentos									
	EMS Sigma	Legrand	CPM	Monteresearch	Rio Biopharmaceuticals	Gronin	Outros	Total de Investimentos		
Número de ações/cotas representativas do capital social	7.662.451	136.464	64.205.000	90.000	-	-	-	-	97.516.851	
Capital social	7.740	138	64.605	(9.003)	(59.720)	-	-	-	97.723	
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.592)	160.412	4.742	(20.208)	(22.183)	-	-	-	(49.290)	
Participação no capital social - %	99,00%	99,00%	99,38%	100,00%	100,00%	-	-	-	99,79%	
Patrimônio líquido da controlada	8.123	190.962	83.397	13.281	2.830	-	-	-	(80.341)	
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2021	9.629	229.964	78.179	79.782	30.251	4.676	467	432.948	(31.121)	401.827
Dividendos propostos pela controlada	-	(201.738)	-	-	-	-	-	(201.738)	-	(201.738)
Aumento de capital social	-	-	-	-	16.692	1.368	-	18.060	-	18.060
Conversão de operação no exterior	-	-	-	(723)	1.242	-	-	519	-	519
Baixa de operação no exterior na conversão -efeito patrimonial	-	-	-	-	-	(2.140)	-	(2.140)	-	(2.140)
Baixa de investimento - resultado	-	-	-	(2.185)	-	10.578	-	8.393	-	8.393
Baixa de investimento - recebimento em caixa (a)	-	-	-	-	-	(17.075)	-	(17.075)	-	(17.075)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.577)	158.808	4.713	(56.061)	(45.355)	2.593	-	63.121	(49.187)	13.934
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2021	8.052	187.034	82.892	20.813	2.830	-	467	302.088	(80.308)	221.780

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos e provisão para perda em controladas--Continuação

b) Saldos e movimentação dos Investimentos (consolidado)

	<u>Outros</u>
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2022	467
Baixa de investimentos	<u>(467)</u>
Saldo final do investimento em 31 de dezembro de 2022	<u><u>-</u></u>

	<u>31 de dezembro de 2021</u>			
	<u>Gronin</u>	<u>Globe</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Lucro do exercício		75.742		
Participação no capital social - %		25%		
Patrimônio líquido da coligada		295.188		
Saldo inicial do investimento em 1º de janeiro de 2021	4.676	65.823	467	70.966
Aumento de capital social	1.368		-	1.368
Conversão de operação no exterior	-		-	-
Baixa de investimento - recebimento em caixa (a)	(17.075)	(9.890)	-	(26.965)
Baixa de operação no exterior na conversão - efeito patrimonial	(2.140)	-	-	(2.140)
Baixa de investimento - resultado (a)	10.578	(55.933)	-	(45.355)
Resultado de equivalência patrimonial	2.593	-	-	2.593
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>467</u>	<u>467</u>

(a) Baixas de investimentos

Gronin Pharma Participações S.A.

Em 17/12/2021 houve a dissolução da empresa Gronin Pharma Participações S.A, alinhada a estratégia de reorganização societária da EMS. Como resultado dessa dissolução, houve a devolução de investimento à EMS através de transferência bancária no valor de R\$17.075 e o saldo remanescente registrado no investimento da EMS foi baixado para o resultado na rubrica "Outras despesas operacionais".

Globe Pharma s.a.r.l

Em setembro de 2021 a controlada indireta Monteresearch transferiu sua participação na empresa Globe Pharma aos acionistas majoritários desta investida, encerrando assim sua participação na Globe Pharma. Houve a devolução do investimento no valor de EUR 1.021 (R\$9.890).

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos e provisão para perda em controladas--Continuação

c) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas:

	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Montereseach		Rio Bio Pharmaceuticals	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Circulante										
Ativo	76.743	7.483	446.732	285.484	57.688	48.678	7.734	21.735	212	2.968
Passivo	(245.898)	(178.493)	(177.651)	(102.279)	(14.814)	(141.565)	(4.409)	(10.502)	-	(138)
Total Circulante, líquido	(169.155)	(171.010)	269.081	183.205	42.874	(92.887)	3.325	11.233	212	2.830
Não circulante										
Ativo não circulante	184.950	185.142	44.061	19.461	25.075	24.553	1.555	2.048	-	-
Passivo não circulante	(8.240)	(6.009)	(17.008)	(11.704)	(21.921)	(12.007)	-	-	-	-
Total Não Circulante, líquido	176.710	179.133	27.053	7.757	3.154	12.546	1.555	2.048	-	-
Patrimônio líquido	7.555	8.123	296.134	190.962	46.028	(80.341)	4.880	13.281	212	2.830
	EMS Sigma		Legrand		Luxbiotech		Montereseach		Rio Bio Pharmaceuticals	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Resultado										
Receitas	314.167	251.974	811.797	581.054	6.388	(4.518)	5.625	13.781	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(993)	(2.118)	210.867	234.836	(34.268)	(55.857)	(6.937)	(20.113)	(17.820)	(22.183)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	425	526	(70.695)	(74.424)	1.303	6.567	-	(95)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(568)	(1.592)	140.172	160.412	(32.965)	(49.290)	(6.937)	(20.208)	(17.820)	(22.183)

(i) A variação entre o resultado do exercício das controladas bem como o patrimônio líquido e o resultado de equivalência e investimentos registrados se deve ao ajuste e eliminação dos efeitos dos lucros não realizados dos estoques entre elas.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

	Controladora						Total
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Aeronave	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	186.613	284.728	25.067	-	114.825	193.822	805.055
Aquisições	2	4.667	2.557	-	105.467	-	112.693
Baixas líquidas	(5)	(241)	(59)	-	(3.553)	-	(3.858)
Transferências	4.828	43.674	3.224	-	(51.766)	-	(40)
Depreciação	(5.087)	(20.282)	(3.597)	-	-	(13.954)	(42.920)
Saldo contábil, líquido	<u>186.351</u>	<u>312.546</u>	<u>27.192</u>	<u>-</u>	<u>164.973</u>	<u>179.868</u>	<u>870.930</u>
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	249.601	493.688	54.472	733	164.973	231.715	1.195.182
Depreciação acumulada	(63.250)	(181.142)	(27.280)	(733)	-	(51.847)	(324.252)
	<u>186.351</u>	<u>312.546</u>	<u>27.192</u>	<u>-</u>	<u>164.973</u>	<u>179.868</u>	<u>870.930</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	186.351	312.546	27.192	-	164.973	179.868	870.930
Aquisições	30	3.899	2.511	-	132.371	-	138.811
Baixas	-	(902)	(828)	-	(944)	-	(2.674)
Baixa depreciação	-	346	806	-	-	-	1.152
Transferências	14.628	34.483	3.945	-	(53.591)	-	(535)
Depreciação	(4.105)	(21.582)	(2.868)	-	-	(11.580)	(40.135)
Saldo contábil, líquido	<u>196.904</u>	<u>328.790</u>	<u>30.758</u>	<u>-</u>	<u>242.809</u>	<u>168.288</u>	<u>967.549</u>
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	264.259	531.168	60.100	733	242.809	231.715	1.330.784
Depreciação acumulada	(67.355)	(202.378)	(29.342)	(733)	-	(63.427)	(363.235)
	<u>196.904</u>	<u>328.790</u>	<u>30.758</u>	<u>-</u>	<u>242.809</u>	<u>168.288</u>	<u>967.549</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado--Continuação

	Consolidado						Total
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Outros	Obras em andamento	Aeronave	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	190.426	283.365	25.255	-	114.456	193.822	807.324
Aquisições	765	4.666	3.100	-	110.535	-	119.066
Baixas líquidas	(5)	(413)	(75)	-	(3.553)	-	(4.046)
Transferências	4.828	43.674	3.229	-	(56.771)	-	(5.040)
Depreciação	(5.290)	(19.700)	(3.883)	-	-	(13.954)	(42.827)
	<u>190.724</u>	<u>311.592</u>	<u>27.626</u>	<u>-</u>	<u>164.667</u>	<u>179.868</u>	<u>874.477</u>
Em 31 de dezembro de 2021							
Custo	255.370	500.024	57.817	733	164.667	231.715	1.210.326
Depreciação acumulada	(64.646)	(188.432)	(30.191)	(733)	-	(51.847)	(335.849)
Saldo contábil, líquido	<u>190.724</u>	<u>311.592</u>	<u>27.626</u>	<u>-</u>	<u>164.667</u>	<u>179.868</u>	<u>874.477</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	190.724	311.592	27.626	-	164.667	179.868	874.477
Aquisições	30	3.899	2.733	-	132.415	-	139.077
Baixas	-	(902)	(838)	-	(944)	-	(2.684)
Baixas depreciação	-	346	815	-	-	-	1.161
Transferências	14.628	34.483	3.945	-	(53.591)	-	(535)
Depreciação	(4.119)	(22.023)	(3.215)	-	-	(11.580)	(40.937)
	<u>201.263</u>	<u>327.395</u>	<u>31.066</u>	<u>-</u>	<u>242.547</u>	<u>168.288</u>	<u>970.559</u>
Em 31 de dezembro de 2022							
Custo	270.028	537.850	64.472	733	242.547	231.715	1.347.345
Depreciação acumulada	(68.765)	(210.455)	(33.406)	(733)	-	(63.427)	(376.786)
Saldo contábil, líquido	<u>201.263</u>	<u>327.395</u>	<u>31.066</u>	<u>-</u>	<u>242.547</u>	<u>168.288</u>	<u>970.559</u>

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Direito de uso de ativos e Passivo de Arrendamento

a) Direito de uso de ativos

	Controladora				
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	65.955	48.175	708	1.151	115.989
Aquisições e remensurações	39.294	29.406	1.097	-	69.797
Baixas	(23.301)	(18.490)	-	-	(41.791)
Depreciação/ amortização	(10.071)	(19.712)	(872)	(1.151)	(31.806)
Em 31 de dezembro de 2021	71.877	39.379	933	-	112.189
Custo	89.079	94.535	2.390	10.357	196.361
Depreciação acumulada	(17.202)	(55.156)	(1.457)	(10.357)	(84.172)
Saldo contábil, líquido	71.877	39.379	933	-	112.189
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	71.877	39.379	933	-	112.189
Aquisições e remensurações	45.996	2.493	4.263	-	52.752
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação/ amortização	(16.005)	(18.250)	(1.670)	-	(35.925)
Em 31 de dezembro de 2022	101.868	23.622	3.526	-	129.016
Custo	135.075	97.028	6.653	10.357	249.113
Depreciação acumulada	(33.207)	(73.406)	(3.127)	(10.357)	(120.097)
Saldo contábil, líquido	101.868	23.622	3.526	-	129.016
Consolidado					
	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Data Center	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Saldo inicial	70.151	51.360	1.120	1.151	123.782
Aquisições e remensurações	40.156	33.719	1.097	-	74.972
Baixas	(23.302)	(18.700)	-	-	(42.002)
Depreciação/ amortização	(10.493)	(22.709)	(1.163)	(1.151)	(35.516)
Em 31 de dezembro de 2021	76.512	43.670	1.054	-	121.236
Custo	95.025	118.222	3.450	10.357	227.054
Depreciação acumulada	(18.513)	(74.552)	(2.396)	(10.357)	(105.818)
Saldo contábil, líquido	76.512	43.670	1.054	-	121.236
Em 31 de dezembro de 2021					
Saldo inicial	76.512	43.670	1.054	-	121.236
Aquisições e remensurações	47.583	5.650	4.358	-	57.591
Baixas	-	(1.264)	-	-	(1.264)
Depreciação/ amortização	(17.019)	(21.890)	(1.697)	-	(40.606)
Em 31 de dezembro de 2022	107.076	26.166	3.715	-	136.957
Custo	142.608	111.666	7.808	10.357	272.439
Depreciação acumulada	(35.532)	(85.500)	(4.093)	(10.357)	(135.482)
Saldo contábil, líquido	107.076	26.166	3.715	-	136.957

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores estrangeiros	101.860	87.571	102.361	88.234
Fornecedores nacionais	209.465	129.381	210.559	133.189
Fornecedores nacionais - risco sacado (*)	56.808	15.589	56.808	15.589
Fornecedores de serviços	65.516	47.703	71.163	52.432
	433.649	280.244	440.891	289.444

(*) O Grupo possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita, conforme opção do fornecedor, através de convênios com instituições financeiras. Nesses convênios, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento diretamente pela empresa o montante devido. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Empresa e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos a pagar foram mantidos na rubrica "fornecedores". Nessa operação, o fornecedor opta por antecipar sua operação com intermédio da empresa podendo assim reduzir os seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do Grupo (o comprador). Essa operação não incorre em despesas financeiras ao Grupo, e o montante da operação foi realizado integralmente com o Banco Itaú S/A.

18. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento	Controladora e consolidado	
			2022	2021
Bradesco 4131 (e)	1,44% a.a.	Maio/22	-	264.591
Debenture (a)	DI + 1,4% a.a.	Maio/27	224.757	-
FINEP (b)	-	Abril /23	4.090	16.235
BNDES (c)	-	Março/26 à Fevereiro/27	91.017	111.513
FINAME	2,50% a.a e 3% a.a	Janeiro/23 e fevereiro/23	11	122
Banco Regional de Brasília - financ. do ICMS (d)	25 % do INPC	Dezembro de 2031	8.054	8.055
			327.929	400.516
Circulante			31.242	297.768
Não Circulante			296.687	102.748
			327.929	400.516

(a) Em 06 de maio de 2022 a empresa efetuou sua terceira emissão de debêntures em série única de 220.000 debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, (mil Reais) não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento em 06 de maio de 2027. O pagamento do valor nominal será em três parcelas, sendo a primeira ao final do terceiro ano de data de emissão (06 de maio de 2025), a segunda parcela ao final do quarto ano da data de emissão (06 de maio de 2026) e a terceira parcela ao final do quinto ano da data de emissão, sendo essa em seu vencimento final, com remuneração de 100% da DI + 1,4% a.a., paga semestralmente.

(b) Refere-se ao custeio parcial das despesas incorridas na elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação aprovado e disponibilizado pela FINEP, de acordo com o Cronograma de Desembolso. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% ao ano a título de spread, reduzidos por equalização equivalente a 3% a ano. O valor em aberto está em R\$4.090. A empresa possui carta fiança no valor total de R\$ 15.174 para coberturas do contrato em questão.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(c) O saldo refere-se a empréstimos obtidos com o BNDES conforme apresentado abaixo:

- (i) Contrato de P&D com crédito contratado no valor de R\$75.712 (liberados R\$7.309). O restante será liberado em subcréditos conforme prestação de contas. O valor em aberto está em R\$4.062 com taxa de juros TJLP + 1,75% e 2,25% a.a. e com pagamento final em 15/03/2026
- (ii) Contrato Reconstrução do Almoarifado, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$81.363, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas
 1. Subcrédito "A" - no valor de R\$43.283 destinado à ampliação e reforma de unidade industrial, incluindo produção de medicamentos líquidos e semissólidos, linhas de embalagens e almoarifado, no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$34.629 com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final 15/02/2027.
 2. Subcrédito "B" - R\$38.080 destinado à implantação de linhas de embalagens no complexo produtivos da EMS, localizado em Hortolândia. Atualmente o saldo em aberto é de R\$31.864 com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final em 15/02/2027.
- (iii) Contrato Injetáveis Oncológicos, financiamento concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, até o valor de R\$47.823, dividido em dois subcréditos conforme prestação de contas:
 - 1 Subcrédito "A" - no valor de R\$34.413 (liberado R\$19.077) destinados à implantação de uma planta produtiva de medicamentos injetáveis oncológicos no município de Hortolândia/SP. Atualmente o saldo em aberto é de R\$15.957 com taxa de juros IPCA* 1,36% a.a. * 1,79% a.a. com pagamento final em 15/02/2027.
 - 2 Subcrédito "B" - R\$13.410 (liberados R\$5.384) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos importados sem similar nacional necessários para execução do projeto. Atualmente o saldo em aberto é de R\$4.505 com taxa de juros IPCA* 2,16 a.a. * 1,79 a.a. com pagamento final 15/02/2027.

(d) Banco Regional de Brasília - refere-se à concessão do benefício creditício deferido em favor da Companhia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRÓ-DF) no montante de até R\$458.638 (valor original).

Cada parcela corresponde ao valor equivalente a 70% do crédito tributário constituído pela incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) originado pela importação de produtos químicos orgânicos e matérias-primas, entre outros, realizadas por estabelecimento da EMS S.A. localizado no Distrito Federal.

O financiamento ocorre através do BRB e tem carência de 300 meses (25 anos) da data de cada parcela liberada, conforme Portaria no 182, de 19 de maio de 2009 - Publicada no DODF no 097, de 21 de maio de 2009. Sobre os valores incide encargos correspondentes a 25% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), sendo que aos encargos apurados nos meses de janeiro a dezembro de cada ano são exigidos no mês de janeiro do ano subsequente.

O financiamento está garantido pelas aplicações em CDBs de emissão do BRB efetuadas pela Companhia, as quais são remuneradas por 97% da variação da taxa do CDI, no valor equivalente a 10% do valor de cada parcela liberada do crédito, que somente poderá ser utilizado para quitação total das parcelas finais, o valor da respectiva aplicação financeira era de R\$4.526 em 31 de dezembro de 2020 (R\$4.124 em 31 de dezembro de 2019).

Em 2020, a Companhia efetuou a movimentação de 2.052 para reconhecimento de ganho de subvenção e recebeu a liberação de R\$3.974 referente ao benefício do ICMS. Em 2022 e 2021 não houve movimentação de subvenção.

(e) Trata-se de empréstimo de capital de giro em US\$ contratado para liquidar a dívida junto ao banco JP Morgan. O valor contratado em dólar é de US\$47 MM a taxa de 1,44% a.a. Efetuamos troca da dívida por reais através de SWAP (hedge para proteção cambial e mitigar risco da variação em dólar) no valor de R\$247.163 a taxa de 100% CDI + 1,04% a.a. O empréstimo foi quitado na data do vencimento.

Os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas não financeiras que foram integralmente atendidas no encerramento do exercício de 2022 e 2021.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	<u>2022</u>
2023	31.242
2024	33.038
2025	106.371
2026 em diante	157.278
	<u>327.929</u>

Reconciliação entre movimento de posição financeira e fluxos de caixa de atividades de financiamento

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo no início do exercício	400.516	391.920
Itens de fluxo de caixa de atividade de financiamento:		
Captação de empréstimos e financiamentos	245.778	264.778
Amortização de empréstimos e financiamentos	(285.644)	(276.795)
Variação cambial sobre amortização de empréstimo e financiamento	(17.051)	14.339
Total do fluxo de caixa usado na atividade de financiamento	<u>343.599</u>	394.242
Outros itens:		
Provisão de despesas com juros e variação cambial	32.433	37.272
Pagamento de juros e variação cambial	(48.103)	(30.998)
Total de outros itens	<u>(15.670)</u>	6.274
Saldo em 31 dezembro do ano corrente	<u>327.929</u>	400.516

19. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais-- Continuação

a) Composição

Nas datas destas demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a processos judiciais:

	Controladora					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Tributárias e cíveis (i)	64.426	58.294	(16.092)	(24.260)	48.334	34.034
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	112.421	99.230	(40.563)	(17.738)	71.858	81.492
	176.847	157.524	(56.655)	(41.998)	120.192	115.526

	Consolidado					
	Provisões para perdas com processos judiciais		Depósitos judiciais		Saldo líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Tributárias e cíveis (i)	93.383	80.159	(22.453)	(30.622)	70.930	49.537
Trabalhistas e previdenciárias (ii)	116.995	102.742	(42.000)	(18.131)	74.995	84.611
	210.378	182.901	(64.453)	(48.753)	145.925	134.148

As movimentações das provisões para perdas com processos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	157.524	101.918	182.901	124.325
Constituição de provisão	60.063	58.301	69.059	61.163
Atualização monetária	12.646	11.364	13.669	13.408
Reversão/remensuração dos processos	(39.293)	(3.133)	(40.692)	(4.499)
Baixa / pagamento de processos	(14.093)	(10.926)	(14.101)	(11.496)
Reclassificação da operação descontinuada	-	-	(458)	-
Em 31 de dezembro	176.847	157.524	210.378	182.901

i) *Processos cíveis e tributários*

Refere-se substancialmente a ações cíveis, ajuizadas por consumidores alegando, em síntese, não conformidades em relação aos medicamentos produzidos pelo Grupo.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais-- Continuação

a) Composição--Continuação

ii) *Processos trabalhistas*

O Grupo constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como ré com base em estimativa de perda preparada pelos seus consultores jurídicos, as quais têm como principais pedidos: horas extras, indenizações por acidente de trabalho e responsabilidades subsidiárias de empresas terceirizadas.

A Administração do Grupo, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

iii) *Perdas possíveis, não provisionadas*

O Grupo tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis (*)	869.955	583.384	923.187	625.605
Fiscais (**)	1.729.430	1.701.498	1.731.832	1.701.498
Trabalhistas	157.806	118.643	174.505	127.068
Fiscais - outros	205.450	55.929	209.122	57.122
	2.962.641	2.459.454	3.038.646	2.511.293

(*) Refere-se substancialmente a Ação Popular ajuizada com o objetivo de ver ressarcidos os supostos prejuízos ao Erário, decorrentes de contratos firmados na Parceria de Desenvolvimento de Produto - PDP celebrada entre a EMS, o Instituto Vital Brasil IVB e a UNIÃO.

(**) Refere-se substancialmente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal que se trata de processo administrativo para cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Fins Sociais ("COFINS") e multas isoladas mais encargos, tendo como base suposta ineditabilidade de amortização de ágio na incorporação de empresa que teria reduzido artificialmente a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Não obstante a regularidade do procedimento adotado, a Fiscalização glosou as despesas de amortização de ágio por ter entendido, em síntese, que não houve propósito negocial para aquisição da participação societária com ágio já que a operação ocorreu "dentro do mesmo grupo econômico".

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para perdas com processos judiciais e depósitos judiciais-- Continuação

a) Composição--Continuação

iii) *Perdas possíveis, não provisionadas*--Continuação

(**) A Companhia com o apoio de seus consultores tributários especialistas nesta área, classifica como possíveis as chances de êxito uma vez que, ao contrário do alegado pelo Fisco, a operação possuiu forte propósito comercial envolvendo *joint venture* com empresa estrangeira, estranha ao Grupo econômico, visando o ingresso/consolidação do Grupo no mercado farmacêutico europeu, principalmente pela legislação que trata dos medicamentos em questão ser extremamente aderente a do Brasil. Além disso, as normas contábeis vigentes à época da operação autorizavam a referida amortização nos moldes realizados, e a operação foi realizada dentro da estrita legalidade, sendo que todos os atos foram devidamente registrados e publicados, o que demonstra a inexistência de má fé. A tese defendida pela empresa foi devidamente acolhida pela 1ª Turma do CARF, que quando da análise do caso, cancelou a autuação por maioria dos votos.. Recentemente, a empresa obteve decisão judicial, que manteve essa decisão favorável à empresa (determinando a anulação da decisão proferida em última instância administrativa, que havia acolhido recurso da Fazenda Nacional, o qual não preencheu os requisitos para admissibilidade).

b) Incerteza sobre tratamentos tributários

Conforme demonstrado no quadro acima, as autoridades fiscais alegam que o Grupo não atende a todos os critérios para deduzir a amortização do ágio para fins de imposto de renda e contribuição social. O Grupo entende que o ágio surgiu de uma operação com base econômica e, portanto, pode ser utilizado para fins tributários. Nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras consolidadas porque o Grupo, com fulcro na legislação, jurisprudência e doutrina, acredita que a regra tributária utilizada no passado estava em conformidade com a lei aplicável e acredita que é provável que defenda com êxito o tratamento tributário do Grupo em juízo.

O Grupo acredita que suas provisões para passivos fiscais são adequadas para todos os exercícios fiscais com base em sua avaliação de muitos fatores, incluindo interpretações da lei tributária e experiências anteriores.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte movimentação e origem em 2022 e 2021:

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2022
Provisão para recuperação de impostos	(56.436)	-	(56.436)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(43.730)	11.889	(55.619)
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	27.660	(18.799)	46.459
Provisão para obsolescência	18.736	(7.237)	25.973
Provisão para perdas com processos judiciais	53.558	(9.824)	63.382
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	2.732	(3.219)	5.951
Provisão para participação no resultado	10.367	(7.796)	18.163
Provisão para amostra grátis	7.317	(3.361)	10.678
Provisão para locação de veículos	313	(149)	462
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(468)	413	(881)
Arrendamento CPC06	1.923	(1.354)	3.277
Outras provisões	21.641	(6.124)	27.765
	43.613	(45.561)	89.174

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2021
Provisão para recuperação de impostos	-	(56.436)	(56.436)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(33.588)	(10.142)	(43.730)
Provisão para processos trabalhistas	22.307	11.431	33.738
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	28.183	(523)	27.660
Provisão para obsolescência	11.356	7.380	18.736
Provisão para perdas com processos tributários e civil	12.346	7.474	19.820
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	3.049	(317)	2.732
Provisão para participação no resultado	8.236	2.131	10.367
Provisão para amostra grátis	3.425	3.892	7.317
Provisão para locação de veículos	212	101	313
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(9.419)	8.951	(468)
Arrendamento CPC06	9.777	(7.854)	1.923
Outras provisões	17.418	4.223	21.641
	73.302	(29.689)	43.613

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2022
Provisão para recuperação de impostos	(61.388)	-	(61.388)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(43.784)	(11.901)	(55.685)
Provisão para processos trabalhistas	62.030	11.526	73.556
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	31.652	22.052	53.704
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	3.024	4.243	7.267
Provisão para obsolescência	19.602	8.349	27.951
Provisão para participação no resultado	12.178	10.501	22.679
Provisão para amostra grátis	7.987	5.062	13.049
Provisão para locação de veículos	431	241	672
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(493)	(380)	(873)
Arrendamento CPC06	7.461	1.643	9.104
Outras provisões	26.658	12.589	39.247
	65.358	63.925	129.283

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2021
Provisão para recuperação de impostos	-	(61.388)	(61.388)
Provisão entre vida útil societária e fiscal	(33.629)	(10.155)	(43.784)
Provisão para processos trabalhistas	22.939	11.851	34.790
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	32.566	(914)	31.652
Provisão para perda ao valor recuperável do contas a receber	3.611	(587)	3.024
Provisão para obsolescência	11.858	7.744	19.602
Provisão para participação no resultado	9.033	3.145	12.178
Provisão para perdas com processos tributários e cíveis	15.936	11.304	27.240
Provisão para amostra grátis	3.991	3.996	7.987
Provisão para locação de veículos	308	123	431
Provisão para variação cambial diferida para fins fiscais	(9.376)	8.883	(493)
Arrendamento CPC06	10.128	(2.667)	7.461
Outras provisões	20.146	6.512	26.658
	87.511	(22.153)	65.358

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	313.067	409.978	382.275	474.176
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais - 34%	(106.443)	(139.393)	(129.974)	(161.220)
Inovação tecnológica (P&D) Lei no 11.196/05 (EMS)	38.997	11.991	38.997	11.991
Subvenção para investimento	46.108	19.587	46.108	21.982
Resultado de equivalência patrimonial	27.757	4.738	-	882
Variação cambial	30.644	8.900	30.626	8.886
Efeito líquido da reversão da receita de produtos faturados e não entregues	(18.154)	(523)	(21.407)	(914)
Outras adições/exclusões permanentes	(20.680)	(257)	(35.089)	(43.991)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.771)	(94.957)	(70.739)	(162.384)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(47.332)	(65.268)	(134.664)	(140.321)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	45.561	(29.689)	63.925	(22.063)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.771)	(94.957)	(70.739)	(162.384)
Alíquota efetiva	0,57%	23,16%	18,50%	34,25%

b) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ a pagar	23.269	19.541	38.717	56.377
CSLL a pagar	8.969	7.228	14.790	19.169
	32.238	26.769	53.507	75.546

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social a pagar--Continuação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social a pagar, é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	26.769	15.387	75.546	27.336
(+) Provisão IR/CS correntes no exercício	47.332	65.268	134.664	140.231
(-) Compensações com tributos federais (*)	(41.863)	(53.886)	(52.319)	(57.376)
(-) Antecipações/pagamentos no exercício	-	-	(104.384)	(34.645)
(=) Saldo final	32.238	26.769	53.507	75.546

(*) Compensações realizadas com saldo negativo de IRPJ e CSLL e Pedidos de Ressarcimento de PIS e COFINS.

21. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Antecipações de clientes	33.729	34.583	33.817	35.455
Antecipações de partes relacionadas (Nota 28)	4.840	4.840	4.840	4.840
Provisão de terrenos a pagar	12.061	12.342	12.061	12.342
Provisão de serviços de terceiros	36.501	30.961	38.221	15.687
Provisão de comissões e bonificações	42.024	14.137	64.271	24.458
Provisão de locação de veículos	1.357	5.669	1.974	6.619
Provisão de despesas com marketing e promoções	11.450	1.865	20.675	2.024
Outras provisões	15.613	1.495	19.158	23.783
	157.575	105.892	195.017	125.208
Circulante	145.514	91.697	182.956	111.013
Não circulante	12.061	14.195	12.061	14.195

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é R\$221.717 composto por 20.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

	<u>31 de dezembro de 2022 e 2021</u>	
	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>
NC Participações S.A.	19.800.000	219.500
Germed Farmacêutica LDA.	200.000	2.217
	<u>20.000.000</u>	<u>221.717</u>

Em 2021 a Companhia regularizou o capital social em R\$9 para corroborar seu estatuto social. A regularização foi efetuada no grupo de lucros acumulados.

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas. Aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária brasileira.

b) Reserva de capital

Reserva de incorporação de ágio

Refere-se à contrapartida do ágio incorporado líquido da diferença entre seu valor e o benefício fiscal gerado pela sua amortização, o qual é proveniente da incorporação de ações da sua controladora EMS Investimentos S/A. A referida reserva poderá ser objeto de capitalização em futuras deliberações pela Assembleia.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício creditício decorrente do Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal (PRO-DF), concedido em forma de empréstimo subsidiado obtido do Banco Regional de Brasília (BRB). O benefício econômico obtido é contabilizado como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais de acordo com o prazo de vencimento dos referidos empréstimos. Parte substancial do empréstimo foi liquidada e a respectiva receita com subvenção foi reconhecida no resultado do exercício e, posteriormente, transferido para a rubrica incentivo fiscal no patrimônio líquido, como reserva de lucros, em 2014. Em 2016, devido a quitação do Programa Ideas ocorreu a realização de R\$3.003. Contudo a Companhia ainda aguarda a realização do leilão para quitação do valor residual.

O Grupo possui subvenção governamental representada pelo benefício direito de excluir da base de cálculo do Imposto de renda e Contribuição Social os ganhos relacionados ao benefício fiscal do ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo de acordo com a lei complementar 160 e em 2020, com base no parecer de assessores jurídicos a Companhia exerceu o direito de exclusão.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores apurados e recolhidos originados a partir desta exclusão no montante de R\$46.108 (R\$19.587 em 2021) foram reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de imposto de renda e contribuição social - correntes.

Em 2022, conforme requerido na legislação do Imposto de renda os benefícios fiscais aproveitados foram destinados para a composição de reserva de incentivos fiscais limitado ao valor do lucro apurado no exercício no montante de R\$40.691 (R\$57.608 em 2021).

Reserva legal

Constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, com base em 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não reconheceu como reserva legal o montante de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, por ter atingido o limite de 20% do capital social, conforme determina o art. 193 da Lei 6.404/86.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de lucros--Continuação

Reserva de lucros

Constituída com o saldo do lucro líquido de 2022 e 2021 após a apropriação dos dividendos, constituição de reserva legal e constituição dos incentivos fiscais. O montante de lucros retidos em anos anteriores foi utilizado para distribuição de lucros, segundo determinado pela Assembleia Geral de Acionistas. O saldo remanescente da reserva de lucros será distribuído para os acionistas no exercício subsequente, conforme aprovação em assembleia.

d) Dividendos

O estatuto social do Grupo prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	311.296	315.021	311.296	315.021
(-) Subvenção para investimento	(40.691)	(57.608)	(40.691)	(57.608)
Base de cálculo dos dividendos	270.605	257.413	270.605	257.413
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	67.651	64.353	67.651	64.353
Saldo inicial	528.184	35.821	533.313	40.950
Dividendos distribuídos de anos anteriores aprovados no exercício	-	436.890	-	436.890
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	67.651	64.353	67.651	64.353
(-) Pagamentos	(120.766)	(8.880)	(125.711)	(8.880)
Total dividendos a pagar	475.069	528.184	475.253	533.313

23. Receita operacional líquida

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Vendas brutas de produtos e serviços deduzindo os abatimentos comerciais	6.411.816	5.507.861	7.110.663	5.998.362
Impostos sobre vendas	(1.056.791)	(820.340)	(1.123.555)	(855.647)
Devoluções sobre vendas	(249.342)	(169.727)	(280.733)	(198.164)
Receita operacional líquida	5.105.683	4.517.794	5.706.375	4.944.551

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Abertura de custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matérias-primas e materiais de consumo	(2.750.447)	(2.472.542)	(2.989.721)	(2.574.920)
Salários e encargos sociais	(743.502)	(633.324)	(803.567)	(691.522)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(297.212)	(271.628)	(320.563)	(295.682)
Custos previdenciários	(190.800)	(164.734)	(203.963)	(178.348)
Custos de publicidade	(141.454)	(132.849)	(158.774)	(144.857)
Despesas de transporte	(122.643)	(115.316)	(144.751)	(134.037)
Amostras	(116.612)	(104.663)	(132.035)	(118.339)
Benefícios previstos em Lei	(72.689)	(60.003)	(76.886)	(64.217)
Material de limpeza e escritório	(66.565)	(57.960)	(66.719)	(58.073)
Viagens/estadias e refeições	(43.683)	(27.897)	(50.352)	(32.773)
Outros benefícios a empregados	(79.702)	(68.453)	(85.708)	(74.528)
Plano de participação nos resultados	(65.350)	(37.388)	(74.766)	(40.819)
Serviços de terceiros - manutenção e reparos	(47.074)	(45.341)	(48.346)	(47.082)
Encargos de depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(40.135)	(45.547)	(40.937)	(45.595)
Encargos de amortização direito de uso	(35.925)	(31.806)	(29.664)	(35.516)
Energia elétrica, água e telefone	(20.870)	(19.178)	(20.943)	(18.616)
Combustíveis e lubrificantes	(25.419)	(20.027)	(27.411)	(21.983)
Provisão para perdas com processos judiciais	(33.416)	(49.819)	(96.082)	(51.602)
Comissões sobre vendas	(8.189)	(8.313)	(21.192)	(16.173)
Outras despesas, líquidas de outras receitas	20.325	5.688	53.367	(7.062)
Provisão para devolução	2.893	(1.639)	3.425	(2.241)
Reversão (provisão) para perdas de valor recuperável do contas a receber	679	933	1.054	1.767
Provisão para obsolescência de estoques	(56.942)	(21.707)	(61.836)	(21.250)
	(4.934.732)	(4.383.513)	(5.396.370)	(4.673.468)
Custos das vendas	(3.328.390)	(2.924.689)	(3.573.754)	(3.030.275)
Despesas com vendas	(395.093)	(362.211)	(463.516)	(413.888)
Despesas administrativas	(1.211.249)	(1.096.613)	(1.359.100)	(1.229.305)
	(4.934.732)	(4.383.513)	(5.396.370)	(4.673.468)

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Outras Receitas				
Recuperação de impostos (i)	77.866	237.598	84.738	258.314
Baixa de investimentos	5.452	8.393	5.452	-
Receita de subvenção	-	3.497	-	3.497
Outras	31.905	18.520	33.805	28.328
Total de outras receitas	115.223	268.008	123.995	290.139
Outras Despesas				
Perda na baixa de investimento (ii)	-	-	-	(70.892)
Multas, impostos e taxas	(38.553)	(18.395)	(45.410)	(24.580)
Outras despesas	(6.041)	(7.711)	(7.810)	(14.840)
Total de outras despesas	(44.594)	(26.106)	(53.220)	(110.312)
Outras despesas (receitas), líquidas	70.629	241.902	70.775	179.827

(i) Refere-se substancialmente a contabilização da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS conforme evidenciado na nota 14, seja na recuperação dos créditos anteriores ao período via processo administrativo, seja na exclusão dos créditos no período corrente.

(ii) Valor é composto substancialmente pela baixa de investimentos evidenciados na nota explicativa 14.b.

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita financeira				
Variação cambial ativa	132.688	188.143	132.870	190.534
Rendimento de aplicação financeira	31.110	4.145	43.102	7.055
Juros de duplicatas a receber	18.352	71.782	19.960	72.790
Outras	15.477	5.133	15.562	4.284
Total da receita financeira	197.627	269.203	211.494	274.663
Despesa financeira				
Juros passivos	(32.433)	(30.711)	(32.433)	(32.163)
Variação cambial passiva	(148.587)	(204.563)	(148.689)	(206.575)
Arrendamento IFRS 16 - juros passivos	(16.158)	(11.112)	(15.329)	(12.085)
Outras	(10.601)	(2.956)	(13.548)	(3.167)
Total da despesa financeira	(207.779)	(249.342)	(209.999)	(253.990)
Despesas financeiras, líquidas	(10.152)	19.861	1.495	20.673

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Lucro por ação - básico e diluído

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias mantidas durante o exercício.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	311.296	315.021
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	20.000	20.000
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>15,56</u>	<u>15,75</u>

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciam os resultados dos exercícios, relativas às operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, as quais foram realizadas em condições definidas por elas e estão assim apresentadas:

ii) Controladora

	31/12/2022								
	Contas a receber	Dividendos a receber	Outras contas a receber e adiantamentos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras contas a pagar e adiantamentos	Compras	Prestação de serviços	Vendas
EMS Sigma Pharma Ltda.	244.073	707	-	-	-	-	-	-	309.609
Germed Farmacêutica Ltda.	-	-	-	-	-	-	7.491	-	215.912
Germed Farmacêutica LDA Portugal	-	-	-	-	25.022	-	-	-	-
Innovoren Pharma S/A.	-	-	-	-	-	4.840	-	-	-
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	49.647	-	-	-	-	-	480	-	219.189
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	-	-	12.446	-	-	-	-	-	-
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	8.945	-	-	49.822	-	-	84.445	-	354.662
NC Participações S.A	-	-	-	-	382.580	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	5.684	-	-	1.527.599	-	-	2.091.012	-	34.896
Snelllog	-	-	-	3.533	-	-	-	43.524	-
Outros	5.153	-	522	19.483	-	-	-	-	-
	313.502	707	12.968	1.600.437	407.602	4.840	2.183.428	43.524	1.134.268

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Partes relacionadas--Continuação

i) Controladora--Continuação

	31/12/2021							
	Contas a receber	Dividendos a receber	Outras contas a receber e adiantamentos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras contas a pagar e adiantamentos	Vendas	Compras
NC Participações S.A.	-	-	-	-	529.454	-	-	-
Germel Farmacêutica LDA.	-	-	-	-	25.269	-	-	-
Germel Farmacêutica Ltda.	889	-	-	228	-	-	198.911	6.295
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	4.051	-	-	30.572	-	-	172.555	64.178
Legrand Pharma Indústria Farmacêutica Ltda.	981	-	-	-	-	-	207.909	526
EMS Sigma Pharma Ltda (*)	176.772	707	-	376	-	-	343.950	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	-	31.109	3.336
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	11.104	-	-	-	-	-	14.981	-
Luxbiotech Farmacêutica Ltda.	516	-	129.080	-	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	37.353	-	-	1.256.163	-	-	82.478	1.885.918
Instituto Vita Nova	-	-	3.539	-	-	-	-	-
Innoveren Pharma S/A.	-	-	-	-	-	4.840	-	-
Outras	4.187	-	1.906	10.297	-	-	17	-
	<u>235.853</u>	<u>707</u>	<u>134.525</u>	<u>1.297.636</u>	<u>554.723</u>	<u>4.840</u>	<u>1.051.910</u>	<u>1.960.253</u>

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem em até 120 dias. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

As contas a pagar às partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e constituição de provisão de dividendos a pagar.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Partes relacionadas--Continuação

ii) Consolidado

31/12/2022							
Contas a receber	Outras contas a receber e adiantamentos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras contas a pagar e adiantamentos	Compras	Prestação de serviços	Vendas
Germéd Farmacêutica Ltda.	-	-	-	-	7.568	-	216.102
Germéd Farmacêutica LDA Portugal	-	-	25.022	-	-	-	-
Innoveren Pharma S/A.	-	-	-	4.840	-	-	-
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	9.516	-	98.884	-	123.473	-	364.077
NC Participações S.A	-	-	382.396	-	-	-	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	7.104	-	1.527.975	-	2.227.334	-	343.471
Snellog	-	-	3.546	-	-	48.659	-
USK Underskin LLC	-	-	-	-	-	-	-
Outros	9.565	522	19.616	-	-	-	-
26.185	522	1.650.021	407.418	4.840	2.358.375	48.659	923.650

31/12/2021							
Contas a receber	Dividendos a receber	Outras contas a receber e adiantamentos	Fornecedores	Dividendos a pagar	Outras contas a pagar e adiantamentos	Vendas	Compras
NC Participações S.A.	-	-	-	534.584	-	-	-
Germéd Farmacêutica LDA.	-	-	-	25.269	-	-	-
Germéd Farmacêutica Ltda.	2.029	-	268	-	-	203.153	6.434
Multilab Indústria e Comércio de Medicamentos Ltda.	4.148	-	45.831	-	-	173.112	81.877
EMS Sigma Pharma Ltda (*)	-	707	-	-	-	-	-
Nova Química Farmacêutica S.A.	-	-	-	-	-	31.109	12.082
Lafiman Distribuidora de Medicamentos Ltda.	33.597	-	-	-	-	18.658	-
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda.	44.436	-	1.256.072	-	-	366.876	1.982.691
Instituto Vita Nova	-	3.539	-	-	-	-	-
Innoveren Pharma S/A.	-	-	-	-	4.840	-	-
Outras	5.859	-	1.906	10.977	-	17	-
90.069	707	5.445	1.313.148	559.853	4.840	792.925	2.083.084

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Partes relacionadas--Continuação

a) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal chave da Administração, incluindo salários e encargos, participação nos lucros e outros benefícios, representa 4,82% das despesas com folha de pagamento no exercício de 31 de dezembro de 2022 (6,08% em 31 de dezembro de 2021).

29. Seguros

O Grupo em que a Companhia atua mantém apólices globais de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do Grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

A cobertura de seguros do Grupo contra riscos operacionais, é de R\$900.000 em 2022 (R\$842.000 em 2021), e R\$10.000 em 2022 e 2021 para responsabilidade civil.

O Grupo não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Eventos subsequentes

Julgamento STF - "Quebra" de decisões judiciais definitivas

Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

EMS S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.